

Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Relatório e Contas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício de 2010



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Exercício 2010

Lisboa, 28 de Abril de 2011

ÍNDICE

Principais Indicadores

Síntese da Actividade do Exercício

Enquadramento Macroeconómico

O Modelo de Negócio

- Negócio Automóvel
- Negócio de Crédito ao Consumo e Cartões de Crédito
- Negócio Crédito Directo

Actividade das Redes de Distribuição

Evolução das Demonstrações Financeiras

Gestão Financeira

Gestão de Risco

Recuperação de Crédito

Operações

Controlo e Compliance

Sistemas de Informação

Recursos Humanos

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Proposta de Aplicação de Resultados

Notas Finais

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhares de Euros	2010	2009	Variação
Activo líquido	1.445.113	1.318.584	9,6%
Crédito sobre Clientes (bruto)	1.412.531	1.309.199	7,9%
Crédito sobre Clientes (líquido)	1.357.066	1.249.555	8,6%
Situação Líquida	123.576	120.615	2,5%
Capital Financiado no ano	488.697	427.741	14,3%
Margem Financeira	49.250	49.298	-0,1%
Produto Bancário	57.287	58.821	-2,6%
Custos de transformação	26.034	25.066	3,9%
Resultado líquido	11.633	10.410	11,8%
Resultado líquido por acção (em cêntimos)	17,5	15,6	11,8%
(Custos de funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (1)	45,4%	42,6%	2,8 p.p.
Custos com pessoal / Produto Bancário (1)	15,6%	14,6%	1,0 p.p.
Rácio de Solvabilidade Individual (1)	9,62%	10,45%	-0,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	8,66%	9,16%	-0,5 p.p.
Rácio de Solvabilidade Consolidado (1)	9,67%	10,45%	-0,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	8,71%	9,16%	-0,5 p.p.
Produto bancário/ Activo líquido médio (1)	4,1%	4,5%	-0,4 p.p.
ROA (médio)	0,8%	0,8%	0,0 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Activo líquido médio (1)	1,2%	1,2%	0,1 p.p.
ROE (médio)	9,5%	8,7%	0,8 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Capitais próprios médios (1	13,9%	12,7%	1,2 p.p.
Crédito vencido com mais de 90 dias / Crédito Total	2,9%	3,6%	-0,7 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (1)	3,4%	4,1%	-0,7 p.p.
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido (1)	0,5%	0,8%	-0,3 p.p.
Imparidade de Crédito/Crédito vencido a cliente final	122%	110%	12,3 p.p.
Número de efectivos	210	211	-0,5%

^{(1) -} Calculado de acordo com a instrução nº. 16/2004 do Banco de Portugal

3 Park

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

O ano de 2010 ficou marcado pela deterioração progressiva das condições financeiras do sector bancário, consequência da crise do risco soberano na Zona Euro e adensada no caso de Portugal pelo crescente grau de incerteza do cumprimento das metas orçamentais que resultaram em reduções sucessivas das notações de *rating* da República. A actividade do Banco Santander Consumer Portugal em 2010, à semelhança de outras instituições que operam no mercado financeiro e em concreto no financiamento ao consumo, foi bastante influenciada pela envolvente macro económica, nomeadamente dado o contexto de escassez de liquidez e aumento dos custos de financiamento.

Apesar do contexto adverso em que o Banco operou durante o ano de 2010, o volume de financiamento a cliente final situou-se em 488,7 milhões de euros, o que representou um crescimento de 14,3% face ao ano de 2009. Estes resultados reflectem as virtudes do modelo de negócio prosseguido, assente na diversificação dos canais de distribuição, através do aprofundamento e consolidação de parcerias no mercado de retalho automóvel e de crédito ao consumo, na política exigente e rigorosa de concessão de crédito, através do equilíbrio eficaz do perfil de risco das operações ao retorno esperado e na adequação eficiente dos recursos que suportam a actividade.

O Banco encerrou a actividade comercial de financiamento de viaturas novas destacado na liderança, com um market share acumulado no ano de 24% em Dezembro, enquanto nas viaturas usadas, apesar de um decréscimo de 5% no volume de financiamento (vs. Uma contracção de mercado de 9%), ganhou cerca de 1% de market share face a 2009, para os 12,1% no final do ano - mesmo atendendo às exigentes políticas de concessão de crédito em vigor.

As vendas a retalho do mercado automóvel – das quais uma parte significativa da actividade comercial do Banco está dependente – incrementaram significativamente em relação ao ano de 2009 (+39%), induzidas pelo movimento generalizado de antecipação de compra dadas as penalizações no preço por via das alterações fiscais aprazadas para o inicio de 2011. É de salientar que o modelo de distribuição do Banco para o sector automóvel se mostrou fundamental na sustentação dos volumes, pois as parcerias com as marcas ajudaram à recorrência do negócio e, em muitos casos, a ganhar posição comercial de forma sustentada.

No plano de expansão para outras linhas de negócio, nomeadamente no financiamento através de crédito pessoal por via de actividades de cross-selling à carteira de clientes, o Banco está a adequar a estrutura interna e a repensar todo o modelo de distribuição, de forma a dispor de uma oferta diferenciadora e de valor acrescentado nestes segmentos, na medida em que o modelo anterior se veio a mostrar pouco adequado às necessidades dos clientes. O Banco continuou a estratégia de sustentação da linha de crédito ao consumo tradicional que será determinante - no mercado em que opera – para garantir a angariação de novos clientes, apesar de a captação de financiamento no ponto de venda, em volume de capital financiado, ter decrescido 11,5%, o número de clientes angariados manteve-se sensivelmente estável.

O acréscimo 11,5% no volume de financiamento de crédito ao consumo tradicional compara com um mercado que contraiu 14%, no que resultou num acréscimo de 4,6% no market share do Banco, para os 19,6% no final do ano de 2010, reflexo da diversificação e consolidação das parcerias estabelecidas neste segmento de negócio.

Não obstante o enquadramento macroeconómico difícil e exigente, e como corolário das acções preventivas na admissão de risco de crédito e no reforço da actividade de recuperação, o Banco observou, ao longo do ano de 2010, uma melhoria sistemática dos prémios de risco, que se situaram substancialmente inferiores aos de 2009, indiciando a clara sustentabilidade da relação preço/risco, antevendo assim conseguir melhores rentabilidades futuras. De facto a conjugação da distribuição do Banco nos produtos colateralizados, associada à moderação de concessão de crédito em produtos sem garantia e à excelente melhoria dos indicadores de recuperação de crédito, perspectivam um futuro promissor para o ano de 2011, apesar dos receios quanto às previsões de comportamento da economia.

Para a sustentação da margem financeira, o Banco optou por uma gestão rigorosa das margens de financiamento e de uma optimização acompanhada de diversificação das fontes de financiamento. Nesse sentido a operação de titularização de créditos Silk Finance Nº3, iniciada em meados de 2009, foi ampliada para montante de 836 milhões de euros e estruturada para preencher os novos requisitos de elegibilidade de activos para operações de cedência de liquidez junto do BCE, nomeadamente pela atribuição de uma segunda notação de rating por parte da Standard & Poors (AAA) para 550 milhões de obrigações emitidas de Classe A. Ainda a este respeito, sublinhando a politica de diversificação das fontes de financiamento da actividade, e atestando a qualidade dos créditos subjacentes à operação de titularização, foi formalizado um empréstimo colateralizados pelas obrigações emitidas no valor de 250 milhões de euros junto a uma entidade financeira internacional em condições particularmente atractivas, tendo em consideração os recentes desenvolvimentos dos mercados financeiros.

Como linha complementar, na actividade seguradora, foi possível aumentar o nível de comissões, totalizando a Dezembro de 2010 cerca de 6,5 milhões de euros, ainda assim um valor condicionado por via das limitações impostas pela Lei de Mediação de Seguros. A aplicação da nova Lei em finais de 2007 catalisou a mudança do modelo de venda de seguros, dando preferência à angariação directa e lançando produtos adicionais, além dos seguros de protecção de crédito e do seguro automóvel.

No que diz respeito aos processos de optimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 2010 em 45,4%, um crescimento marginal de 2,8% ao registado em 2009 atendendo ao crescimento de 14,3% do volume de negócios registado, mantendo os seus excelentes níveis de competitividade e flexibilidade operativa num enquadramento de mercado desfavorável.

O exercício de 2010 encerrou com um resultado líquido consolidado de 11,63 milhões de euros, representando um crescimento de 11,8 % em relação aos 10,4 milhões de euros registados no ano anterior.

A carteira de crédito sobre clientes veio a cifrar-se, no final de 2010, em 1.413 milhões de euros, tendo evoluído 7,9% face ao período homólogo, reflexo do com desempenho do volume de capital financiado, tendo contribuindo para este resultado o acréscimo verificado no financiamento de stock aos concessionários, com os quais o Banco Santander Consumer Portugal tem acordos de marca, em 13% comparativamente ao verificado no exercício de 2009.

Assim, apesar do enquadramento económico desfavorável, o Banco Santander Consumer Portugal está muito bem posicionado para que, em 2011, venha a conseguir ainda melhores resultados, quer ao nível da evolução positiva do activo, dos rácios de incumprimento e dos resultados operacionais, dando continuidade à evolução favorável verificada em 2010.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

A economia mundial em 2010 apresentou uma recuperação após a forte recessão observada em 2009. De acordo com o FMI, a economia mundial registou um crescimento de 4,4% em 2010, contrariando a descida de 1,9% em 2009. Esta tendência positiva impulsionou o consumo devido à baixa das taxas de juro e diminuição das pressões inflacionistas contudo, revelou-se insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas enquanto nos mercados emergentes a actividade permaneceu forte.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL Taxas de variação em percentagem					
Economia mundial	-1,9	4,4			
EUA	-2,6	2,9			
Japão	-6,3	3,9			
Área do euro	-4,1	1,7			
Alemanha	-4,7	3,6			
França	-2,6	1,6			
Itália	-5,2	1,3			
Espanha	-3,7	-0,1			
Portugal	-2,5	1,5			
Reino Unido	-4,9	1,3			
China	8,7	7,8			

Na economia americana, a recuperação económica fortaleceu-se em 2010, apesar da taxa de desemprego se encontrar ainda elevada. Dados revelados mostraram, após uma queda de 2,6% em 2009, um crescimento de 2,9% do PIB justificado pelo aumento das despesas de consumo privado, investimento empresarial, despesas públicas e acumulação de inventários, que terá contribuído com mais de metade do crescimento. Pelo contrário, o sector da construção permanece fraco, reflectindo um excesso de casas devolutas e fundamentais negativos para o imobiliário comercial.

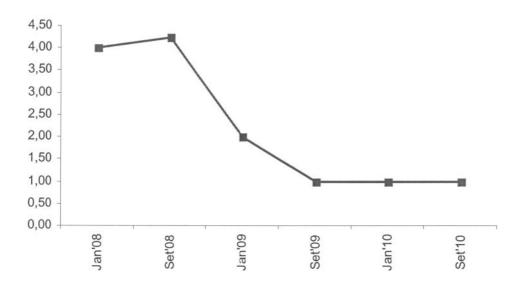
O continente asiático continuou a liderar o crescimento na fase de recuperação, devido em grande parte a uma forte procura doméstica que compensou o impacto negativo da procura externa, apesar do aumento da taxa de desemprego. Os indicadores económicos da China permaneceram fortes, com um crescimento de 7,8% devido, essencialmente ao constante estímulo à concessão de crédito.

Na Europa, a recuperação económica tem sido atribulada, sobretudo pela eclosão da crise da dívida soberana. A actividade económica tem vindo a expandir-se a um ritmo moderado desde meados de 2009, após cerca de cinco trimestres consecutivos de queda e tem-se manifestado de forma desigual. A Área do Euro deverá ter crescido 1,7% em 2010. Mesmo dentro dos países da Área Euro existem diferenças pronunciadas no desempenho económico, muito motivadas pelas condições dos balanços dos sectores público e privado e pela possibilidade de utilizar a política fiscal para o suporte da recuperação.

O nível de inflação na Área Euro registou em 2010 uma taxa de variação média de 1,6%, acima dos 0,3% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3,6%, o ritmo mais forte desde sempre. Pela negativa, sublinhem-se os desempenhos da Espanha que registou de novo, crescimentos anuais negativos, apresentando uma recessão de 0,1% do PIB.

Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem Valores em percentagem



Fonte: Banco central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE) anunciou um conjunto de medidas destinadas a restaurar a liquidez nos vários segmentos de mercado e a mitigar os potenciais riscos sistémicos, de entre as quais o "Securities Market Program" (SMP), que consistiu num programa de compra esterilizada de títulos de dívida pública e privada da Área Euro. Outras medidas consistiram na recuperação de medidas anteriormente tomadas e que já haviam sido suspensas, de entre as quais a expansão das operações de refinanciamento de prazo alargado, a reintrodução do leilão a taxa fixa com satisfação total da procura e ainda o restabelecimento da linha de swaps cambiais com a FED para providenciar fundos em dólares às contrapartes da Área Euro.

A não normalização das condições financeiras na Área Euro levou o BCE a manter uma postura activa no domínio das medidas de política monetária não convencional, embora mantendo inalterada a taxa directora do euro durante todo o ano de 2010.

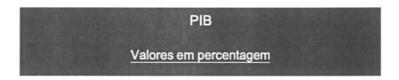


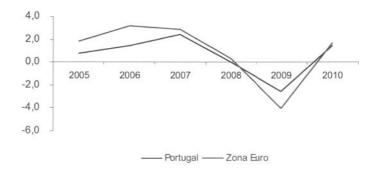
Economia Portuguesa

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de 1,4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público.

Em termos de comércio externo, as exportações apresentaram um crescimento de 8,7% em produtos de média-alta e média-baixa tecnologia, permitindo superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de 5,3%. Este comportamento esteve associado ao aumento da procura externa (9,3%) resultante da retoma da economia mundial.

A evolução da produtividade do trabalho resulta da evolução da taxa de utilização da capacidade produtiva, que no primeiro trimestre de 2010 inverteu a tendência de declínio acentuado iniciada no primeiro semestre de 2008. A evolução da produtividade encontra-se significativamente condicionada pela queda do emprego do sector privado registada em 2009 e no primeiro semestre de 2010. Em termos sectoriais, destaca-se o aumento de produtividade registado no sector da Indústria Transformadora.





Fonte: Eurostat

O investimento ao longo dos últimos anos tem limitado o potencial de crescimento da economia, enquanto a trajectória das exportações no mesmo período tem revelado dificuldades competitivas por parte do sector exportador, na sequência da entrada de novos concorrentes no mercado internacional com baixos custos unitários de trabalho.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 2,0%, quer o consumo público, que cresceu 3,2%, contribuíram para o bom desempenho económico. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade não se verificaram tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo deste período.

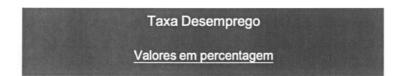
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS Taxas de variação em percentagem

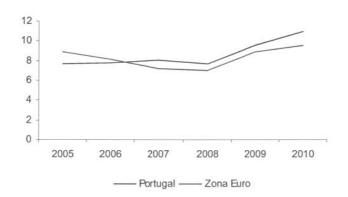
	2008	2009	2010
PIB	0,0	-2,7	1,4
Consumo Privado	1,7	-0,8	2,0
Consumo Público	0,5	3,5	3,2
FBCF	-1,7	-11,1	-4,8
Exportações	-0,4	-11,6	8,7
Importações	2,1	-9,2	5,3
Procura Interna	0,9	-2,5	0,8
Procura Externa	1,5	-12,6	9,3
Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	1,0	-2,8	0,5
Exportações Líquidas	-1,2	0,8	0,7
IHPC	2,7	-0,9	1,4
Taxa Desemprego (% da população activa)	7,6	9,5	10,8
Desemprego longa duração (% desemprego total)	49,8	46,5	54,6
Saldo Orçamental (% PIB)	-2,8	-9,4	-7,3
Dívida Pública	71,2	81,0	82,1

Fontes: INE e Banco de Portugal

11 Jah

Verificou-se uma redução de 4,8% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público.





Fonte: Eurostat

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano enterior

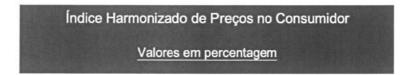
Em 2010, a taxa de desemprego cifrou-se em 10,8%, sendo a população desempregada de 602,8 mil indivíduos.

Em 2010, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, situou-se em 1,4%, após ter registado uma queda de 0,9% em 2009. O diferencial de inflação em relação à Área Euro foi ligeiramente negativo (-0,3 p.p.), após o mínimo de -1,3 p.p. registado em 2009.

O crescimento dos preços em 2010 reflecte a melhoria do enquadramento externo da economia portuguesa, reflectindo as perspectivas de crescimento nas principais economias mundiais, e uma recuperação gradual dos fluxos de comércio internacionais, após a forte contracção observada em 2009. Este facto traduziu-se num aumento dos preços internacionais das matérias-primas, tanto energéticas, como não energéticas. Pelo contrário,

os preços da generalidade dos serviços apresentam taxas de crescimento relativamente baixas pelo impacto do aumento da taxa do IVA.

De acordo com o Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho em Portugal apresentaram uma queda em 2010, reflectida pelo crescimento das remunerações por trabalhador inferior à registada em 2009, assim como um crescimento significativo da produtividade do trabalho. Ao contrário do verificado nos últimos dois anos, registou-se um diferencial positivo entre o crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal e na Área Euro.





Fonte: Banco de Portugal

Em 2010 o saldo orçamental correspondia a 7,3% do PIB, face a 9,3% em 2009. No entanto, a concretização deste resultado exigiu medidas adicionais significativas como a transferência do fundo de pensões da PT para a Segurança Social, de forma a garantir a redução programada do défice. O rácio da dívida no final de 2010 foi de 82,1% do PIB.

Em Portugal, como em alguns outros países, observou-se um aumento do risco de dívida soberana. Esta situação afectou significativamente o financiamento dos bancos portugueses nos mercados internacionais de dívida e conduziu à adopção de medidas de consolidação orçamental adicionais. Na sequência da divulgação destas medidas, foram revistos em baixa

0.0

13



os objectivos oficiais para o défice em 2010 e 2011, para 7,3% e 4,6% do PIB, respectivamente.

Relativamente ao sector bancário em Portugal, o enquadramento económico e financeiro foi e deverá continuar particularmente exigente, no nível da sua actividade, nas condições financeiras enfrentadas nos mercados internacionais, na desvalorização de activos e no custo do seu financiamento.

Estes factores ganharam uma dimensão acrescida tendo em conta o clima de desconfiança que pende sobre a capacidade financeira do Estado português e do sector privado, deteriorando e aumentando as dificuldades de refinanciamento da dívida dos bancos portugueses nos mercados internacionais.

O aumento das dificuldades de financiamento do sector bancário reflectem-se na actividade corrente, tendo o principal impacto decorrido na pressão sobre a margem financeira. O processo de transmissão da alteração das condições de refinanciamento dos bancos no mercado internacional nas operações com as bases de clientes tem sido faseado e parcial. Ao longo do ano de 2010 o sistema bancário tem acomodado a crescente escassez de fontes tradicionais de financiamento da actividade através da dinamização dos depósitos de retalho ou pelo recurso ao BCE, cuja extensão apenas foi possível graças a um planeamento estratégico prévio para dotar as instituições financeiras dos instrumentos financeiros necessários às operações de mercado aberto com o BCE. Estes recursos estão, por definição, limitados no tempo e na sua forma original, indiciando factores de incerteza adicionais na actividade decorrente do agravamento em mercado internacional das condições financeiras específicas de Portugal.

O MODELO DE NEGÓCIO

Durante o ano de 2010 o modelo de negócio do Banco Santander Consumer Portugal continuou a ser suportado pela distribuição dos seus produtos e serviços através de canais de distribuição indirecta nos mercados automóvel e de grande consumo, no que se refere a financiamento a clientes finais, e, no âmbito de outros produtos de apoio financeiro à actividade, aos seus parceiros de negócio, onde se incluem importadores/distribuidores, Grupos e concessionários automóvel, stands independentes e outras estruturas de distribuição no segmento de negócio não automóvel.

Na sequência da crise financeira e agravamento da situação macroeconómica o Banco tinha decidido que as actividades de venda directa de produtos financeiros a cliente final estavam em declínio, razão pela qual estas começaram a ser repensadas logo a partir do último trimestre de 2008.

Apesar do referido, e reconhecendo a necessidade de integração de todas as vertentes de negócio sob uma única óptica o Banco tomou a decisão no último trimestre de 2010 de integrar todas as suas estruturas comerciais – Automóvel, Consumo, Cartões de Crédito e Empréstimos Pessoais – numa única estrutura. Esta alteração organizativa irá permitir ao Banco integrar toda a sua oferta sob uma única perspectiva – a dos seus parceiros e dos respectivos clientes finais – proporcionando uma maior facilidade de interlocução e mais eficiência e eficácia na gestão das relações comerciais existentes.

NEGÓCIO AUTOMÓVEL

O contexto vivido no mercado automóvel em Portugal em 2010 teve características impares. De facto e apesar do mercado automóvel se ter posicionado numa dimensão equivalente à do ano 2008 não era expectável que a recuperação do nível de vendas ocorrido em 2009 viesse a atingir as proporções que efectivamente se concretizaram.

A este cenário acresce o facto de este fenómeno não ter qualquer correlação com a situação económico-financeira mas estar associado a movimentos de sistemática antecipação de compras (aumento do IVA em Jul 2010 e Jan 2011, e pré anúncio da extinção do sistema de incentivo aos abates publicitado no inicio do último quadrimestre do ano) por parte de clientes finais e de empresas de rent-a-car que não haviam renovado a sua frota em 2009.

Foi neste ambiente de mercado vivido no sector automóvel em Portugal que o ano de 2010, se constituiu para o Banco Santander Consumer Portugal, SA, como mais um dos já vários marcos positivos que reflectem o historial da actividade do Banco em Portugal.

De facto, o exercício de estratégias e políticas consistentes e coerentes ao longo do tempo permitiram que o Banco Santander Consumer Portugal usufruísse em pleno desta conjuntura de mercado e reforçasse a sua posição de destaque nos mercados em que opera, não só pelo reforço significativo de quota de mercado como também pela forma como constituiu ou reforçou significativamente as suas relações com parceiros de negócio de referência no mercado automóvel.

Neste enquadramento, e para além da consolidação da actividade comercial no âmbito do primeiro acordo Pan-Europeu – estabelecido entre a Mazda Motors Europe e o Santander Consumer Finance – foi com especial satisfação que se registaram os primeiros resultados do processo de implementação do programa de stock de marca acordado no último trimestre do ano 2009 com a GM Portugal que assegura a distribuição da marca OPEL para Portugal.

Refira-se que nesta data o Banco Santander Consumer Portugal, SA. tem a responsabilidade de gestão de 9 programas de stock de marca as quais representam, numa óptica de MTM, cerca de 30% do mercado total de matriculas em Portugal. Por outro lado, a manutenção das parcerias de referência ao nível da esmagadora maioria dos Grupos Económicos com actividade no sector automóvel e o alargamento da base de Concessionários independentes representantes de outras marcas induz ao Banco uma dinâmica de mercado que não encontra semelhança com outros operadores de mercado.

Em suma, reforça-se o carácter extraordinariamente positivo em que se traduziu o ano 2010 para o Banco, reflexo da fidelidade das suas parcerias de referência, da angariação de novas parcerias de relevo, das políticas seguidas e do acerto que revela o modelo comercial consistente que tem vindo a ser seguido, patenteado pelo crescimento na Liderança destacada no mercado de financiamento de viaturas novas e a vice liderança no segmento de viaturas usadas.

Oferta de Produto

Como é conhecido a matriz de produtos disponibilizada pelo Banco sendo a mais completa do mercado contempla um conjunto de soluções para todo o ciclo de vida de um automóvel e respectivos intervenientes.

A utilização isolada de alguns dos produtos ou a sua combinação na construção de soluções que satisfaçam as necessidades de todas as entidades que interagem no negócio automóvel é um dos pontos fortes do Banco.

Esta versatilidade assente em sistemas aplicacionais de elevada flexibilidade são uma das imagens de marca do Banco os quais permitem customizar cada linha de produto numa desmultiplicação de combinações que cobrem as mais singulares necessidades de cada cliente sejam eles as próprias marcas, os Concessionários/Distribuidores e os próprios clientes finais.

O exemplo mais evidente desta flexibilidade reside na gestão independente de 9 programas de stock de marca, totalmente independentes e com identidade distinta entre si, a qual permite aos parceiros autonomia e independência na sua gestão operacional e, ao Banco Santander Consumer Portugal, um portfolio completo de diferenciação através da flexibilidade e diversidade de oferta.

□ Importadores:

- o Apoio à Tesouraria no âmbito do produto de Factoring;
- Crédito stock viaturas novas e usadas;
- o Campanhas de financiamento.

□ Rede de distribuição;

- o Crédito stock de viaturas novas e usadas:
- o Campanhas de financiamento;
- o Produtos de apoio à tesouraria;
- Viaturas de demonstração e de serviço.

□ Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):

- Aluguer de Longa Duração;
- Locação Financeira;
- o Crédito Tradicional (taxas variáveis, fixas e mistas);
- Crédito Intersolução;

17 January

- o Seguro de protecção ao crédito;
- Seguro automóvel;
- o Seguro "GAP"

Canais e Redes de Distribuição

O modelo comercial associado ao segmento automóvel continua a basear-se numa estrutura de apoio e acompanhamento comercial muito direccionada para a especialização por tipologia de canal e, por sua vez, centrada na rentabilidade do canal de originação:

□ Rede Franchisados:

- o Marcas: Volkswagen, Audi, Skoda, Mitsubishi, Seat, Kia, Isuzu, Mazda às quais foi adicionada no final de 2009 a marca OPEL e acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano, Grupo Entreposto, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo Santogal, Grupo Evicar, Grupo MS Car, Grupo JAP entre outros);
- o Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas.

□ Rede Não Franchisados:

o Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.

□ Sucursais:

o Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.

A segmentação da actividade comercial nas redes Franchisada e Não Franchisada permitiu uma adequação do perfil comercial, de acompanhamento e dinamização adequada às necessidades de cada rede, que são bem diferenciadas.

19 July

MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

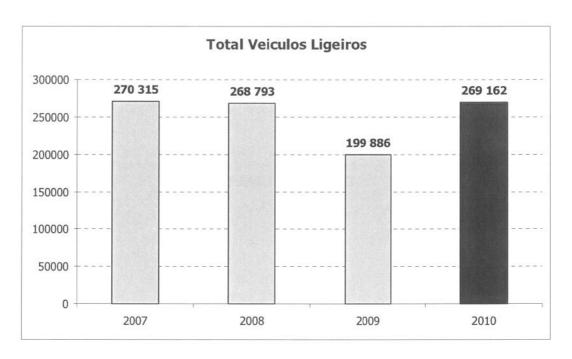
O mercado de veículos ligeiros registou um forte crescimento no ano 2010 em comparação com o ano 2009 em que o número de unidades vendidas no mercado de viaturas ligeiras observou um crescimento de 35% tendo sido transaccionadas 269.162 unidades (volume muito aproximado ao registado em 2008, + 0.14%).

A recuperação de mercado verificada está directamente relacionada, por um lado, com a retoma das compras de renovação de frota das rent-a-car — cuja redução se vinha verificando desde Agosto 2008 e teve o seu ponto baixo ao longo do ano 2009 — bem como com as renovações das frotas pelas empresas gestoras de frotas (Renting/AOV) que face ao adiamento dos "timings" registado em 2009 atingiram o prazo máximo das operações em 2010.

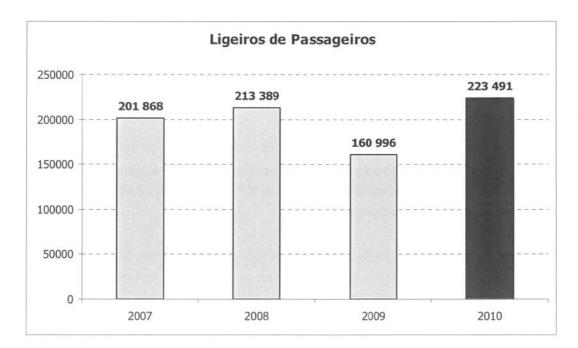
Sem prejuízo do referido, e à semelhança do efeito que teve no mercado no 2º semestre de 2009, apesar da revisão em baixa do valor de apoio e do atraso na implementação em 2010, o segmento dos particulares que adquiriram novas viaturas ao abrigo do sistema de apoio governamental aos abates teve também um contributo decisivo para o comportamento do mercado.

De destacar ainda um importante impacto para o comportamento do mercado e que está relacionado com o pré-aviso de medidas fiscais que conduzem sempre a uma antecipação dos movimentos de compra, com especial significado nos clientes particulares, e que em 2010 tiveram dois momentos muito importantes: no 2º trimestre com o pré-anuncio do aumento do IVA em Julho de 2010 e no último quadrimestre com o pré anúncio de novo aumento do IVA, aumento do ISV e extinção do sistema de incentivos ao abates com efeitos a Janeiro de 2011.

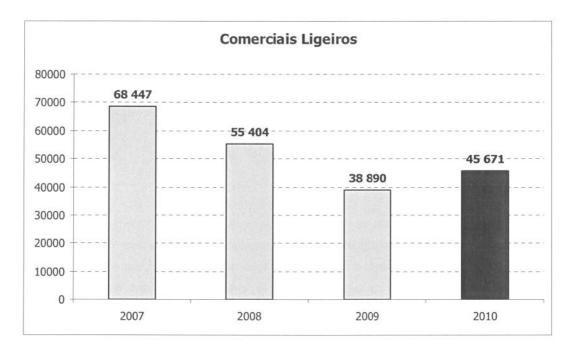
Por ultimo e como nota positiva refira-se que este enquadramento de mercado acabou por contribuir muito positivamente para uma maior regeneração e redução dos stocks dos concessionários/distribuidores quer por alguma escassez de produto para entrega quer pela rotação mais elevada das viaturas que permaneciam em stock.



Por tipo de veículos, a categoria de passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um crescimento de 38,8%, com 223.491 unidades vendidas que compara com 160.996 unidades em 2009. O segmento de ligeiros de passageiros foi o que mais beneficiou das condições de mercado dado que mesmo em comparação com 2008 regista um crescimento de 4.7%.



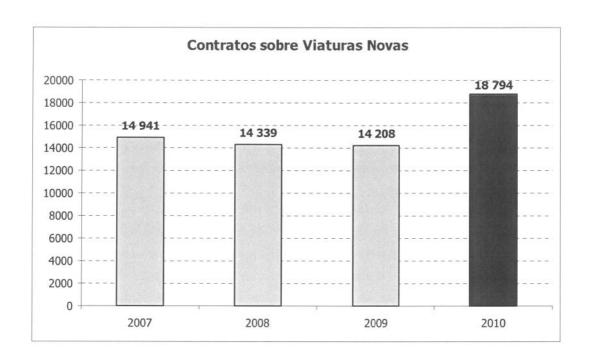
No que se refere aos Veículos Comerciais Ligeiros registou-se um crescimento de 17,4%, com 45.671 unidades vendidas que compara com 38.890 unidades em 2009. O segmento de comerciais ligeiros, contrariamente ao verificado com o segmento de Ligeiros de Passageiros, e embora tendo crescido face a 2009 não conseguiu retomar o patamar de vendas de 2008 tendo sofrido uma contracção de 17.7%.



Relativamente ao número de contratos de viaturas novas realizado pelo Banco em 2010 – 18.794 contratos –, quando comparado com o período anterior - 14.208 contratos em 2009 –, registou-se um crescimento de 32,3%.

O resultado obtido, é resultado, por um lado da assertividade do banco nas suas práticas e políticas que lhe permitiu reforçar as relações comerciais que existiam e, por outro, dar corpo a outras parcerias que, por uma razão ou por outra, ainda não se tinham conseguido concretizar no segmento dos franchisados não marca.

Saliente-se ainda que a alteração da composição do mercado com o regresso das vendas a renta-car e das vendas destinadas a gestoras de frota, no âmbito das renovações de frotas, , contribuiu que o mercado elegível para financiamento a cliente final pelo Banco fosse proporcionalmente inferior ao registado em 2009 mas já mais em linha com o que é habitual observar.



No que se refere à actividade de financiamento de viaturas usadas e de acordo com a informação prestada pelos respectivos associados à ASFAC, este mercado sofreu uma contracção de aproximadamente 9,32% a que não é alheia a descontinuação de alguns comerciantes de usados que se mostraram impotentes para se adaptar à nova realidade de mercado bem como a pressão exercida pelo sistema de apoio aos abates na aquisição de viaturas novas.

Mesmo neste contexto, o Banco não abdica das suas políticas e práticas de rigor neste importante segmento tendo centrado as suas energias no fortalecimento das parcerias existentes e olhando as oportunidades de aumento de perímetro de parceiros com todas as cautelas que o mercado e o contexto económico recomendam.

Apesar deste posicionamento comercial e das circunstâncias de mercado o Banco viu o seu market share evoluir positivamente no decurso do ano de 2010 atingindo uma quota de 12,1% que compara com cerca de 11,6% em 2009.



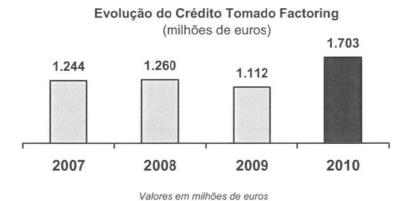
EVOLUÇÃO GLOBAL DO NEGÓCIO

Gestão de Cobranças e Financiamento de Stocks (Factoring)

Da matriz de produtos completos e abrangente que o Banco dispõe, salienta-se em particular o serviço de gestão de facturação (factoring) e consequente apoio ao *stock* que é disponibilizado aos concessionários das Marcas.

O Banco Santander Consumer Portugal continuou a dinamizar esta plataforma e expandiu mais uma vez a sua actividade de financiamento de marca para além das que vinha a gerir. Assim, além dos anteriores acordos, nomeadamente as marcas VW, Audi, Skoda, Mitsubishi, SEAT, KIA, Isuzu e Mazda juntou-se ao portfolio a parceria com a GM Portugal através da disponibilização do programa de stock de marca para a OPEL em Portugal, cujos impactos na actividade foram materializados no decurso do ano de 2010.

Neste âmbito, o ano de 2010 – que ainda não reflecte o potencial decorrente da incorporação do negócio OPEL - terminou com um activo de 206 milhões de euros (contra os 185 milhões de euros de 2009) e no que respeita ao valor dos créditos tomados, que na maioria das marcas apresentou uma expansão, marcadamente influenciada pela performance de vendas do último trimestre do ano, vindo a atingir um total de 1.703 milhões de euros, o que representa um crescimento de 53% face ao ano de 2009.



Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

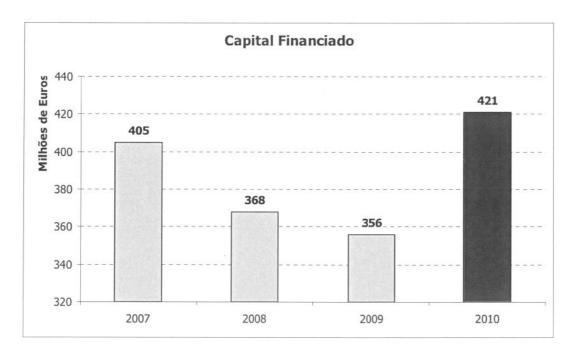
O volume de capital financiado total regista um forte crescimento em 2010, em comparação com o ano de 2009, com uma variação positiva de 18,3%, o que corresponde a uma produção total de 421 milhões de Euros em comparação com 356 milhões de Euros em 2009 e 368 milhões de Euros se recuarmos a 2008.

A evolução do volume de capital financiado é claramente distinto se atendermos aos segmentos de estado das viaturas financiadas; novas ou usadas.

A contrastar com um comportamento regressivo verificado no segmento dos usados, constatase, em 2010, um crescimento no segmento novos muito superior ao inicialmente previsto, para o qual, em muito contribuiu o último trimestre do ano.

Assim, o volume de capital financiado associado a viaturas novas registou um crescimento de 31,7% enquanto no segmento dos usados a quebra foi de 4,9% (que compara com uma regressão do mercado de -9.32%).

Valores em milhões de euros

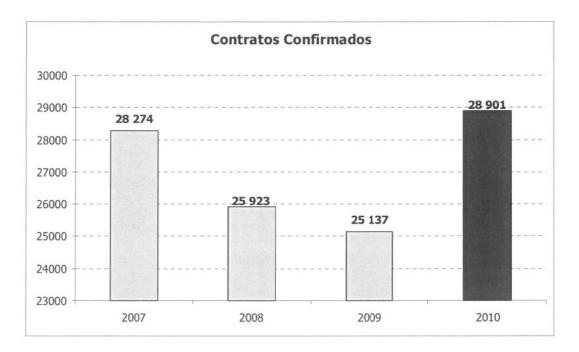


25 Jans

Relativamente ao número de contratos realizados assistiu-se, globalmente, a um crescimento de 15,0% face a 2009.

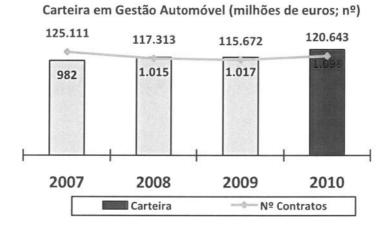
No segmento de viaturas novas, fruto dos aspectos já evidenciados, e para um mercado que cresceu 35% o crescimento foi de 13,3% face a 2009 e de 11.50% quando comparado com o mercado de 2008 que tem semelhanças com o mix de vendas de 2010.

No que se refere ao segmento de viaturas usadas verifica-se um crescimento negativo de número de contratos que se situou em 15,0%, o que compara com uma evolução de mercado, (também esta negativa) em volume de financiamento, de cerca de 9,32%.



Carteira sob Gestão

A carteira sob gestão de contratos de financiamento automóvel apresentava uma relativa estagnação em anos anteriores. O Banco conseguiu, em 2010 inverter essa tendência, registando um aumento de cerca de 8% para 1.098 milhões de euros de carteira automóvel sob gestão, fruto da maior abrangência e desenvolvimento dos canais de distribuição e consolidação das principais parecerias deste sector.



Valores em milhões de euros

O projecto de expansão no segmento de financiamento no negócio Não Franchisado que tinha como objectivo inverter uma redução da carteira, por expansão no volume de capital financiado a margens líquidas de risco mais favoráveis do que no negócio de financiamento no segmento de distribuição automóvel Franchisado (concessionários de marca), teve resultados positivos e favoráveis mas que não foi suficiente para compensar uma redução da carteira de crédito ao consumo (não automóvel).

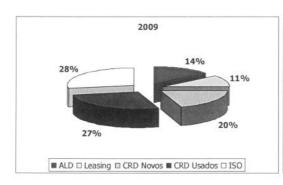
Mix de Produtos

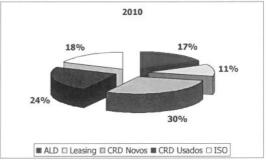
Em termos de capital financiado em 2010, a evolução do *mix* de produtos revela uma manutenção do maior peso dos produtos derivados do Crédito que atinge uma quota de 72% na produção global do Banco contra os 75% obtidos em 2009.

Das principais alterações do mix de produtos destaca-se o crescimento de 3% no produto de ALD, em detrimento dos produtos derivados do Crédito.

27 Agr

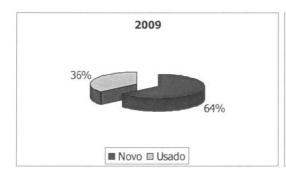
No âmbito dos produtos derivados do Crédito é de salientar a permuta verificada entre o produto de Crédito Intersolução e o Crédito de Viaturas Novas cuja transferência directa é justificável pela despenalização das comissões de antecipação em resultado da legislação de defesa do consumidor e que era uma das principais vantagens competitivas do produto.

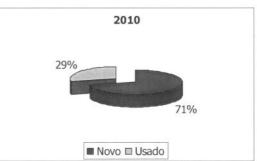




Estado do Bem

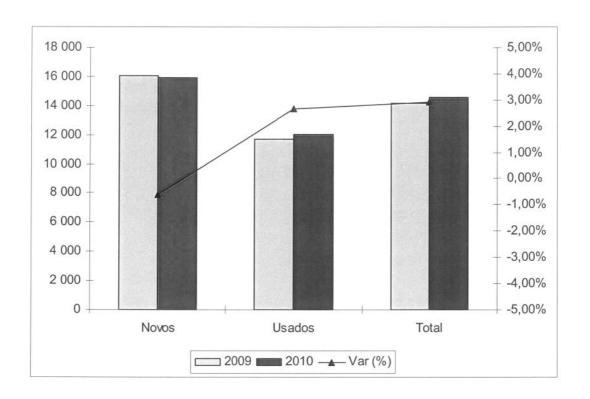
Fruto do desempenho comercial já analisado em pontos anteriores o peso relativo do financiamento a automóveis novos em 2010 voltou a aumentar a sua preponderância, fruto da redução assistida na venda de viaturas usadas.





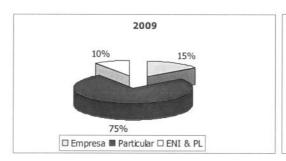
Capital Financiado Médio

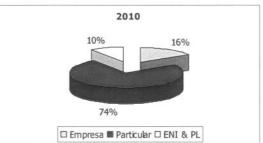
Relativamente ao capital financiado médio por contrato, registou-se um aumento de cerca de 3% em relação aos valores alcançados em 2009.



Tipo de Cliente

Analisando a distribuição do capital financiado por tipologia de cliente, verifica-se que os dados se mantiveram praticamente inalterados, relativamente ao ano de 2009.





29

NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO E CARTÕES DE CRÉDITO

Durante 2010 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

- □ Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
 - Crédito Tradicional com Juros;
 - o Crédito Tradicional sem Juros;
 - o Crédito Misto (com e sem Juros);
 - Seguros de protecção ao crédito;

A actividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 66.564 milhares de Euros em 2010 o que representou uma quebra de 4.3% face à realização de 2009.

Este resultado, em contraciclo com o sector, teve subjacente uma revisão das politicas e práticas levadas a cabo pelo Banco as quais contribuíram decisivamente para a melhoria da qualidade do crédito contratado pelo Banco.

O estabelecimento de parcerias fortes através de mecanismos de fidelização dos principais parceiros por um lado e, por outro, com actividade comercial de angariação, continua a ser o vector fundamental do posicionamento do Banco neste mercado.

O mercado de crédito ao consumo, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC (financiamento de bens e serviços a cliente final no ponto de venda, não automóvel) apresentou um incremento, em valor, de 12,1% face a 2009.

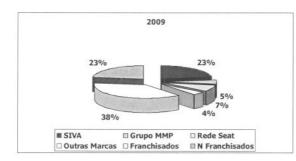
Em número de contratos de crédito ao consumo o decréscimo foi cerca de 4,6% indiciando um incremento do valor médio por contrato de 11,4% (corresponde a um volume total de 51.257 milhares de euros de capital financiado, representando um aumento de 6,3%)

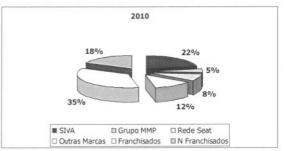
Já na vertente dos Cartões de Crédito o posicionamento do Banco Santander Consumer Portugal sofreu alterações profundas. O Banco dando sequência à decisão tomada em 2009, continua a centrar-se num conjunto de produtos direccionados para o cliente final através da oferta directa a clientes cujo perfil de risco de crédito é seu conhecido. O volume de transacções atingido foi de 15.307 milhares de euros.

ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Redes de Distribuição Automóvel

A análise de captação de novos negócios, em termos de volume de capital financiado, por parte das diferentes redes comerciais constituídas no seguimento da reestruturação das áreas comerciais automóvel (mantendo na base os critérios adoptados em anos anteriores quanto aos agrupamentos entre acordos existentes e segmento multimarca) apresenta-se da seguinte forma:





Através de uma análise cuidada ressalta que, com excepção da Rede SEAT e das Outras Marcas com programas de apoio ao stock, todos os outros segmentos de negócio reduzem o seu peso relativo no total do capital financiado.

Este facto reflecte o significativo crescimento do negócio do Banco naqueles segmentos de negócio com especial significado para as novas operações nas redes Mazda e OPEL que vieram robustecer aquela rede de negócios. De assinalar que apesar da redução do peso relativo das restantes redes – com excepção da rede de Não Franchisados em que corresponde a uma retracção de negócio em termos absolutos – todas elas revelam crescimento do volume de negócios, pelo que a distribuição do negócio se reflecte apenas ao nível da dispersão do mesmo em termos da sua origem.

Marcas e Rede Franchisada

As redes de Marcas, registaram alteração do seu peso na sua contribuição para o volume total de produção do Banco para cerca de 47% (+ 8% face a 2009), e agregam os negócios com origem nas seguintes redes de concessionários:

- Volkswagen, Audi e Skoda representadas pela SIVA em Portugal
- Mitsubishi acordo de parceria com o distribuidor MMP para Portugal
- SEAT acordo de parceria com o fabricante e distribuidor para Portugal

31 Jah

- Kia e Izusu acordo de parceria com o distribuidor para Portugal
- Mazda acordo Pan Europeu com a Mazda Motor Europe (implementado em Fevereiro de 2009)
- Opel acordo de parceria com distribuidor GM para Portugal (implementado em Dezembro de 2009)

O crescimento do peso dos segmento das Marcas e dos Franchisados não marca – que, recorde-se, agrega as relações com Grupos de Retalho em outras marcas que não são objecto de gestão de programas de stock pelo Banco e, ainda, as relações comerciais com Concessionários independentes – revela, no 1º caso, o sucesso da nossa política de conjugação da sua relação de prestação de serviços de financiamento de marca com a concentração com os Grupos de Retalho da globalidade do negócio e, no 2º caso, pela dinamização das relações comerciais pré-existentes e, ainda, pela concretização de novas parcerias nesta área de negócio.

As marcas com quem o Banco mantém protocolos específicos de gestão integrada do financiamento à actividade dos seus concessionários e o financiamento ao retalho foram responsáveis por um volume de capital financiado de 197 milhões de euros angariados em 2010.

Estas parcerias assumem grande relevância num quadro de crescimento de vendas a retalho moderado que, conjugado com escassez de liquidez, primam por combinar favoravelmente o capital financiado em relação ao capital empregue que suporta a actividade dos próprios concessionários.

De facto, algumas destas marcas registaram um aumento nos níveis de aderência nas vendas de viaturas novas bastante expressivo também por via da consolidação do posicionamento de benefícios proporcionados às várias redes de concessionários, ao abrigo dos Protocolos Financeiros, com vista à sua adequação ao mercado de financiamento e à realidade das vendas de cada marca de per si.

A permanente adequação do pricing em vigor ao contexto de taxas do mercado, foi uma preocupação constante, com uma grande preocupação ao nível da rentabilidade do novo negócio.

Rede Não Franchisada

O volume de financiamento angariado pela rede de Não Franchisados situou-se nos 75 milhões de euros que compara com 82 milhões de euros em 2009.

Nesta esta área de negócio – maioritariamente composta por negócio de financiamento de viaturas usadas canalizada por operadores independentes, vulgarmente designados por stands -, a actividade comercial continuou a centrar-se na manutenção das parcerias cuja rentabilidade gerada, por via do financiamento ao cliente final, estivesse em linha com os requisitos accionistas.

Não obstante o referido, assume especial relevância o facto de, no actual contexto económico e de mercado, se ter assistido a uma deslocação do negócio dos "players" que habitualmente se dedicavam a este tipo de negócio – stands independentes – para unidades integradas em Concessões que representam marcas ou, ainda, Grupos de Retalho que assumiram uma maior predominância nesta área de negócio.

Este facto justifica que, apesar da performance registada pelo Banco em 2009 neste segmento de negócio, os resultados comerciais obtidos junto desses operadores – Marcas e Franchisados não Marca - no âmbito das viaturas usadas tenha permitido um crescimento significativo, reforçado e/ou comprovado pelo incremento do "market share" do Banco nesse segmento de mercado.

Redes de Distribuição Crédito ao Consumo / Cartões de Crédito

O modelo de distribuição de crédito ao consumo passa por estabelecer parcerias com pontos de venda com o objectivo de financiar bens e serviços vendidos a cliente final. O Banco tem uma plataforma muito versátil que permite não só actuar em diversos sectores (electrodomésticos, mobiliário, viagens, saúde, entre outros) com combinações de produto adequadas a cada segmento de negócio.

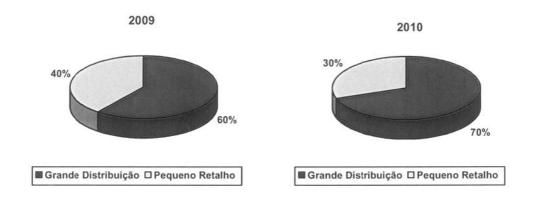
A actividade conseguida durante 2009, tal e qual como aconteceu com as demais linhas de negócios continuou a ser influenciada pela evolução dos custos e proveitos equiparados e das vendas a retalho. As parcerias suportadas nas relações comerciais com grandes retalhistas que actuam na Grande Distribuição como sejam Stapples, Media Markt, Vitaldent e cerca de 2000 estabelecimentos activos foram essenciais para a politica de distribuição dos produtos financeiros, seguida pelo Banco.

O plano operacional do Banco, em 2010 para esta actividade seguiu as linhas de orientação apresentadas em 2008, isto é, manter uma distribuição equilibrada entre as distintas redes, associada a uma gestão bastante prudente quanto ao risco de crédito, tendo voluntariamente sido selectivo na escolha das parcerias.



Os critérios de selectividade já referidos contribuiram para uma predominância da Grande Distribuição na actividade do Banco, facto que se pretende vir a reverter sem prejuízo dos princípios de uma gestão sã e prudente.

Durante 2010 o volume de capital financiado total atingiu 51.257 milhares de euros contra 48.237 milhares de euros no ano anterior:



Já quanto aos cartões de crédito, essencialmente comercializados por via do x-sell à base de clientes (a angariação no ponto de venda, neste caso sob a modalidade de co-branding foi reduzida a um conjunto muito limitado de parcerias) teve uma facturação total de cerca de 9.746 milhares de euros, representando um decréscimo de 28,1% face a 2009, e nos cartões privativos o total de transacções captadas ascendeu a 5.560 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Introdução

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2010 com um resultado líquido consolidado de 11,63 milhões de euros, representando um crescimento de 11,8% em relação aos 10,41 milhões de euros registados no ano anterior.

Desenvolvendo a sua actividade num contexto económico e financeiro desfavorável e exigente, o aumento do resultado líquido resultou do modelo de negócio seguido pelo Banco, assente na diversificação dos acordos de financiamento de marcas automóvel e na vinculação dos existentes, bem como na gestão eficiente de custos e riscos, permitindo um crescimento sustentado das receitas e o controlo de custos, acompanhados igualmente por um forte abrandamento das necessidades de provisionamento, possibilitado pela eficiente adequação do perfil de risco na admissão de novos créditos e no aumento da eficácia do modelo de recuperação de créditos vencidos.

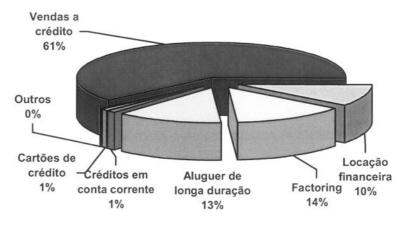
Balanço Consolidado (IAS)

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2010, líquido de provisões, ascendia a 1.357 milhões de euros, o que significou um acréscimo de 8,6% face ao registado no valor final do ano transacto, facto assinalável se considerado o enquadramento económico-financeiro adverso registado ao longo do ano, mas possibilitado pelo incremento e



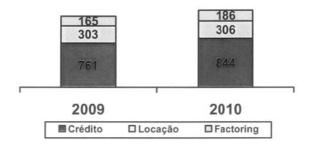
consolidação de penetração nos segmentos negócio onde o Banco actua. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2010 era a seguinte:





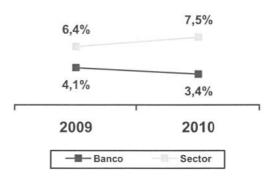
Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, que representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal, era responsável por 86% desta carteira, sendo os 14% remanescentes financiamento à rede de prescritores e importadores automóveis com quem o Banco trabalha. Já no que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, destaca-se o crescimento de 12,7% registado na componente de Factoring de 165 milhões de euros em 2009, para 186 milhões de euros, em final de ano de 2010, atesta o crescimento da actividade registado, pela consolidação de novos acordos e aprofundamento dos existentes, mas também reflecte as condições adversas no escoamento de veículos, experimentadas em particular por concessionários de algumas das marcas dos principais parceiros de negócio do Banco.

Evolução do Crédito vincendo (milhões de euros)



O crédito com incumprimento, nos termos da Instrução 16/04 do Banco de Portugal, representou 3,4% do crédito total concedido, reduzindo o valor do rácio de 4,1% registado em 2009. Esta evolução positiva encontra-se em contra-ciclo com a tendência com o aumento da deterioração da qualidade de crédito no sistema bancário, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afectando o segmento de particulares reflexo do agravamento das condições económicas em Portugal ao longo do ano. A evolução favorável do crédito em incumprimento registada no ano de 2010 é fruto da abordagem táctica do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspectivas, a prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes.

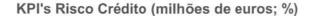
Crédito com Incumprimento 3/95 (%)

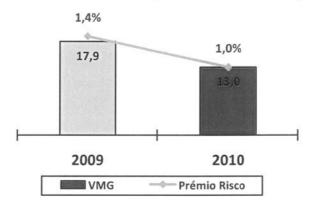


O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 2,9% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 122% do valor dos créditos mora, valor acima dos 110% registados no ano anterior, apesar do decréscimo do valor do saldo do crédito em incumprimento, atestando assim a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa totalizava 55,47 milhões de euros no final do ano.

No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, reflectindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.





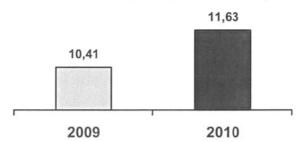


O indicador de Variação da Mora de gestão (VMG) em 2010 ascendeu a 13 milhões de euros, traduzindo uma redução de 27,3%, em relação a 2009, quando se tinha cifrado em 17,9 milhões de euros, enquanto o indicador do prémio de risco se reduziu em cerca de 40 bps, de 1,4% em 2009 para 1,0% em 2010, comprovando-se assim a solidez do Banco relativamente ao risco de crédito, posicionando-se numa situação mais vantajosa do que a sua concorrência, conforme ficou patente pelo desempenho sectorial anterior e pelos indicadores qualitativos de acompanhamento da sinistralidade no crédito.

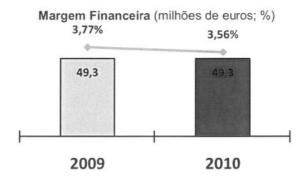
Conta de Resultados Consolidada (IAS)

O resultado líquido IAS consolidado atingiu os 11,63 milhões de euros no final de 2010, resultando numa variação de 11,8% face ao indicador homólogo de 2009. Este desempenho está assente na conjugação de diversos factores, com destaque especial para a evolução positiva das dotações para imparidades dos créditos em incumprimento e para a consolidação da margem financeira, diversificação das fontes de comissões líquidas e gestão eficiente dos custos de transformação.





A ligeira erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2010 foi o resultado da adequação estratégica, iniciada em 2009, do perfil do binómio rendibilidade — risco aos segmentos de clientes que o Banco pretendeu desenvolver e aprofundar, reflectindo os diferentes níveis e condições de *pricing* aos respectivos perfis de risco e às condições de financiamento da actividade.



Os contributos das rubricas que compõem as comissões líquidas foram determinantes para o desempenho do produto bancário do ano de 2010, que contraiu ligeiramente face ao de 2009 em 2,6%. Neste aspecto as comissões oriundas da actividade de intermediação de seguros tiveram um papel central, totalizando 6,5 milhões de euros no 2010, avançando 5,7% face a 2009,

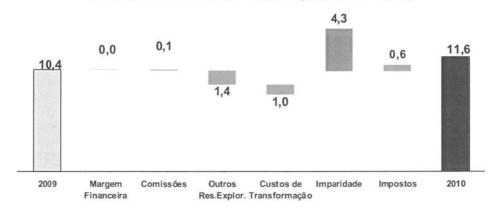
39

espelhando de forma inequívoca a alteração de posicionamento do Banco e o alargamento do leque de oferta de produtos aos seus clientes.

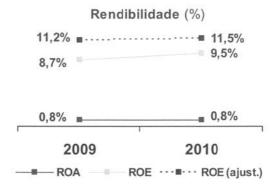
Os custos de transformação ascenderam a 26 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 3,9%, em relação a 2009. Este incremento esteve directamente relacionado com componentes de custos variáveis que estão associados e relacionados com o acréscimo do volume de negócios registado no ano, que cresceu 14,3% em relação ao ano transacto em termos de capital financiado. Em face do exposto e do resultado combinado do desempenho do produto bancário e dos custos de transformação, o rácio de eficiência registou uma subida de 2,8 p.p. de 2009 para 2010, fixando-se no final do ano em 45,4%. O número de colaboradores reduziu ligeiramente, de 211 em 2009 para 210 no final de 2010.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 14,22 milhões de euros, o que representou uma redução de 23,5% relativamente a 2009, reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

Evolução do Resultado Líquido (milhões de euros)



Os indicadores de rendibilidade do exercício do ano 2010 foram positivamente afectados pela evolução registada no resultado líquido do exercício, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2009.



Com um resultado líquido de 11,63 milhões de euros no final de 2010, equivalente a 0,175 euros por acção (0,15 euros em 2009), a rendibilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 9,5%, quando este valor em 2009 ascendeu a 8,7%, o que representa um acréscimo de 210 bp. No que se refere à rendibilidade média do activo (ROA), esta situou-se em 0,8% em 2010, o que compara com o valor idêntico do ano transacto, dado o incremento registado no activo médio.

O indicador de rendibilidade dos capitais próprios está naturalmente afectado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, que detém um excesso de fundos próprios a rondar os 20 milhões de euros acima dos requisitos mínimos regulamentares. Considerando aquele indicador em linha com níveis de solvabilidade ajustados aos mínimos regulamentares, a rendibilidades dos capitais próprios evoluiria dos 11,2% em 2009 para 11,5% em 2010.



GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2010 ficou notoriamente marcado pelos elevados níveis de incerteza e volatilidade nos mercados financeiros, em particular em Portugal pelo agravamento das condições de financiamento da economia, dadas as tensões verificadas no mercado de dívida soberana. Estes factores repercutiram-se directamente no sistema financeiro nacional, dificultando os acessos aos mercados de dívida e fazendo depender grande parte das suas necessidades liquidez no acesso aos recursos obtidos através do Banco Central Europeu para o desenvolvimento da sua actividade.

No contexto complexo de escassez de liquidez como aquele que foi vivida em 2010, o facto de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios, tendo sido precisamente essa a situação vivida pelo Banco Santander Consumer Portugal ao ser parte integrante do Grupo Santander com reflexos bastante positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, medição e mitigação dos riscos financeiros inerentes à actividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direcção Financeira, e tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adopção das melhores práticas em termos de gestão dos riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juros, quer por via das economias de escala e âmbito proporcionadas pela pertença ao Grupo Banco Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Diversificar as fontes de financiamento do Banco, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição do Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os activos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;

 Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 5 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um mix equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e pelos accionistas.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário, com uma duração média ligeiramente acima dos 2 anos, para adequação à correspondente do Activo. Estas operações são contratadas integralmente junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha. O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu *core business*, auferindo assim uma importante vantagem competitiva em termos de mercado onde se insere, dada a turbulência registada nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente pelas restrições à liquidez e à volatilidade por estes induzidos na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.



Decorrente dos princípios de diversificação das fontes de liquidez enumerados, no exercício de 2010, o Banco obteve um financiamento de 250 milhões de euros junto a investidores privados, colateralizados pela carteira de obrigações titularizadas de Classe A.

Ao longo de 2010, e também devidamente enquadrada na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder periodicamente às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de activos titularizados e considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos activos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2010 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal foram implementados, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal recorre a operações de mercado monetário, contraindo empréstimos junto do Banco Santander Consumer Finance S.A., em Espanha, por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash flows da carteira (Activo) e do passivo a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário.

Nesta conformidade, em 31 de Dezembro de 2010, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 7.286 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, reflectindo a postura conservadora que o Banco adoptou nesta matéria num ano em que os mercados estiveram bastante instáveis, representando apenas cerca de 6% dos seus fundos próprios elegíveis.

Instrução nº19/2005 Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária Exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa

Divisa: Milhares de euros

Banda temporal	Activos	Passivos (-)	Extrapatrimonials		Posição	Situação Liquida	
						Factor de ponderação	Posição ponderada
			(+)	(-)	(+/-)	(1)	(2)
à vista - 1 mês	1.179.418	1.436.658	0	0	-257.241	0,08%	206
1 - 3 meses	397.433	162.949	0	0	234.484	0,32%	-750
3 - 6 meses	90.755	40.856	0	0	49.899	0,72%	-359
6 - 12 meses	168.609	109.033	0	0	59.576	1,43%	-852
1 - 2 anos	141.762	269.853	0	0	-128.091	2,77%	3.548
2 - 3 anos	109.406	109.783	0	0	-377	4,49%	17
3 - 4 anos	78.281	44.479	0	0	33.802	6,14%	-2.075
4 - 5 anos	47.711	3.819	0	0	43.892	7,71%	-3.384
5 - 7 anos	39.713	3.894	0	0	35.819	10,15%	-3.636
7 - 10 anos	0	0	0	0	0	13,26%	(
10 - 15 anos	0	0	0	0	0	17,84%	(
15 - 20 anos	0	0	0	0	0	22,43%	C
> 20 anos	0	0	0	0	0	26,03%	(

Total	-7.286
Total	-7.200

Risco de Liquidez

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro a nível Europeu, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez do Banco encontrava-se completamente mitigado, com linhas de

45

crédito aprovadas de 1.300 milhões de euros, limites perfazem a quase totalidade do valor do activo, assegurando a plenitude da actividade desenvolvida ao longo exercício de 2010

No decorrer do exercício de 2010 efectuou uma reestruturação da operação de titularização Silk Finance nº3, que tinha sido iniciada em Agosto de 2009, de forma a dota-la com os novos requisitos de elegibilidade do Banco Central Europeu para operações de absorção e cedência de liquidez. Desta forma a operação titularização de créditos passou a totalizar 836 milhões, por incremento de 150 milhões de euros de créditos elegíveis. Também em resultado desta alteração, operação passou a ter duas notações de rating, anteriormente apenas atribuída pela Ficth, presentemente também atribuída pela Standard & Poors para as obrigações de Classe A com rating AAA.

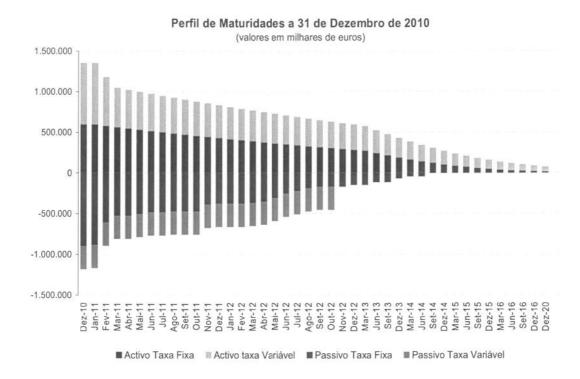
Com a concretização desta reestruturação da operação de titularização de créditos o Banco incrementou o valor de activos elegíveis pelo Banco Central Europeu em 50 milhões de euros, mitigando assim e ainda mais o risco de liquidez.

A evolução da estrutura de capital da operação de titularização de créditos Silk Finance nº3 pode ser analisada da seguinte forma:

Denominação da posição de titularização	Notação de Rating	Montante 2009	Montante 2010	Remuneração
Classa A	^ ^	500,000,000	FF0 000 000	Curiban 2M 14 E0/
Classe A	AAA	500.000.000	550.000.000	
Classe B	NR	184.000.000	288.000.000	Residual
Classe C	NR	3.900.000	3.900.000	Residual

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objecto da operação de titularização registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, e os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

Não obstante o Banco Santander Consumer Portugal prosseguir com a política de continuada adequação de activos e passivos em termos de perfis de maturidades, em 31 de Dezembro de 2010 observava-se um ligeiro mismatch entre activos e empréstimos obtidos, nomeadamente em prazos residuais de vencimento iguais ou superiores a 5 anos, que sendo materialmente irrelevante no seu contexto, o Banco equaciona mitigar no decorrer do exercício de 2011 recorrendo a instrumentos derivados de cobertura.



c) Gestão dos Recursos Próprios

Na sequência do desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco, avalia de forma permanente a sua politica de adequação de capital de forma a:

- Garantir o crescimento sustentado da actividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal. Pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2009, nomeadamente pelos Avisos nº 12/92 e 1/93.

No decurso do ano de 2007 deu-se a conclusão do projecto Basileia II, processo transversal a todas as áreas do Banco pelo seu carácter abrangente que culminou numa avaliação global dos custos e

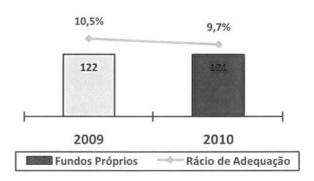
47 Jak

benefícios de adequação dos segmentos de riscos mais importantes da actividade do Banco (risco de crédito e risco operacional) para cada uma das metodologias preconizadas pelo Novo Acordo de Basileia.

Decorrente deste processo de avaliação o Banco definiu que as abordagens para a determinação do alocação de fundos próprios seguirá, conforme o estipulado pela Instrução nº23/2007 do Banco de Portugal, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e na componente de Risco Operacional, guiar-se-á através do Método do Indicador Básico.

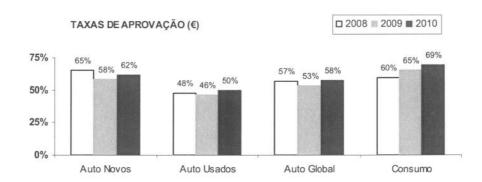
No âmbito portanto da regulamentação de Basileia II, no final de 2010, os requisitos de fundos próprios ascendiam a 100,6 milhões de euros, o que significava um crescimento de 8,1% sobre os requisitos com referência a 2009, de 93,1 milhões de euros. Os fundos próprios permaneceram estáveis, e ascendiam no final de 2009 a 121,1 milhões de euros, comparando com 121,7 milhões de euros no final de 2009.

Solvabilidade (milhões de euros; %)



Em matéria de solvabilidade, no final de 2010, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se respectivamente em 9,7% e 8,7%, reduzindo de 10,5% e 9,2% em 2009, reflectindo o aumento registado no valor do activo por via do incremento do volume de negócios registado no ano de 2010, ainda assim assegurando uma postura conservadora e potenciadora do desenvolvimento da actividade do Banco, com margem para crescimento de activos ponderados acima de 250 milhões de euros.

GESTÃO DE RISCO



Durante 2010 manteve-se globalmente as politicas de admissão dos produtos com tradição de maiores níveis de delinquência, com permanente revisão, no sentido de uma contínua adaptação à evolução da conjuntura.

No seguimento da orientação estratégica do Banco, foi dada continuidade às políticas de apoio à actividade dos intermediários, bem como potenciado o financiamento de automóveis novos, por via do estabelecimento de acordos com importadores de marcas automóveis com relevo no mercado nacional.

O acompanhamento do risco de crédito foi feito de forma sistemática, suportado na comparação entre carteiras com igual período de originação (vintages ou safras), monitorização dos níveis de delinquência simples (%NPL) e da Variação da Mora de Gestão (VMG), permitindo aferir a adequação das políticas de crédito e de recuperação tomada ao longo dos últimos meses.

As novas medidas de admissão, definidas com base em critérios de risco bem como em consonância com as melhores práticas de recuperação, resultaram na melhoria significativa das safras (vintages) com perfis de delinquência mais favoráveis do que as originadas nos últimos anos, contribuindo assim para a melhoria dos rácios de incumprimento em 2010.

De forma a dar cumprimento ao crescimento de negócio registado no decorrer de 2010, foram reforçadas as equipas de negócio de retalho e de negócio não retalho. Enquanto o negócio de retalho tem um modelo de decisão automática (scoring), o negócio de não retalho tem a sua



decisão assente em um modelo de rating, seguindo a metodologia do Grupo Santander, com atribuição de analistas a clientes, em estreita colaboração com as áreas comerciais.

Como corolário das políticas adoptadas, e num cenário de contracção económica, o Banco apresentou em Dezembro de 2010 um rácio de crédito vencido de 3,9%, comparativamente a 4,1% registado em 2009, continuando deste modo a ser uma referência do sector ao nível da solidez na gestão de risco de crédito.

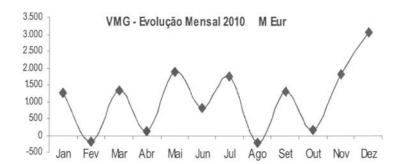
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Com o cenário macro económico de 2010 a originar uma forte penalização no rendimento disponível dos clientes particulares, mercê das diversas restrições impostas (aumento da carga fiscal e da taxa de desemprego, redução salarial no sector público), a actividade da Recuperação de Crédito foi influenciada por estes factores, havendo a necessidade de efectuar alguns reajustes.

O modelo de recuperação em vigor manteve-se genericamente idêntico, consistindo o mesmo em fases de recuperação a que correspondem estágios diferentes da dívida e de perfil de cliente, suportada por uma plataforma tecnológica que permite flexibilidade de processos.

Para dar resposta à crescente dificuldade de pagamento por parte dos devedores, foram postas em prática novas medidas, suportadas pela adopção de tácticas diferenciadas de abordagem, que conduziram em termos de Recuperação Telefónica a um rácio global de performance de 86,5% (face a 82,9% em 2009).

Na Recuperação Externa foram mantidas as parcerias já existentes, e os esforços centraram-se sobretudo numa forte e rigorosa gestão da Variação da Mora sobre Gestão (VMG), terminando o ano com um valor de 13,1 milhões de euros em termos cumulativos anuais, valor inferior em 27% ao atingido no ano anterior.

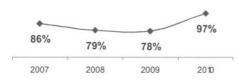


Para a gestão das fases de Pré Contencioso e Contencioso manteve-se igualmente a colaboração das mesmas empresas de recuperação e escritórios de Advogados, e em conjunto com a tomada de algumas medidas adicionais permitiu a libertação de valores significativos em termos de provisionamento e uma redução substancial do rácio de NPL em 17,2% face ao período homólogo. O processo da venda de viaturas recuperadas teve também impactos

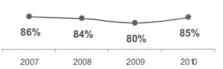
positivos nos rácios de crédito vencido, com a preocupação centrada na celeridade da venda e na diminuição do parque de viaturas.

Mantendo uma política de seguimento sistemático e atempado dos índices de risco, e uma gestão rigorosa e prudencial, o Banco continuou a privilegiar a cobertura de provisões para risco de crédito (93,3%), o que lhe permitirá continuar a encarar o ciclo económico desfavorável em boas condições de provisionamento.

Recuperação de Crédito Automóvel (€) primeiros 6 meses após entrada em mora



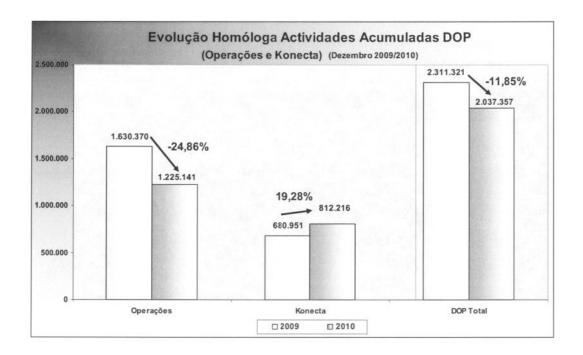
Recuperação de Crédito Consumo (€) primeiros 3 meses após entrada em mora



OPERAÇÕES

Em 2010, mantivemos como elemento fulcral da nossa acção a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing a um parceiro do Santander Consumer, a Konecta, muito sustentados em princípios de melhoria contínua, através da observação sistemática a todos os processos de forma recorrente e por todos os colaboradores da direcção.

No que se refere á actividade em concreto pode verificar-se no mapa seguinte o decréscimo de 11,85% no total de actividades (Contratos; Propostas; Cartões; Chamadas; Meios de Pagamento; Operações de BackOffice; etc.), desenvolvidas entre 2009 e 2010, assistindo-se porém, a uma evolução em sentidos opostos dos processos desenvolvidos na estrutura interna (Operações) e a estrutura externa (konecta). Esta evolução divergente ocorre após se terem transferido, no decurso deste ano, da Konecta para a Estrutura interna e vice-versa. A diferença de peso nas actividades deriva do facto, inerente à estratégia de outsourcing, se transferirem para o nosso parceiro, as actividades de maior volume e de ciclo funcional mais curto, logo facilmente mensuráveis.



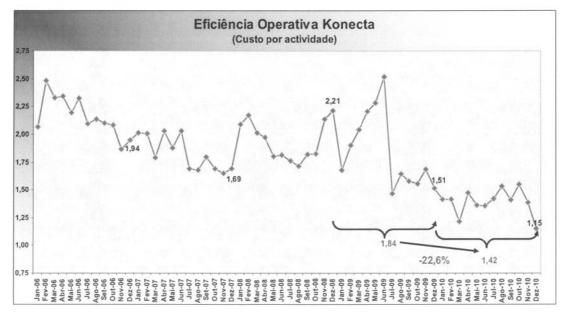
A matriz das actividades de Operações em 2010, incluiu já em pleno, aquelas decorrentes da aplicação DL 133/2009, observável na disponibilização de informação aos clientes em diferentes fases do processo de financiamento e nas alterações ao processo de finalização antecipada dos contratos.

Optimização de Processos e de Estruturas

Em 2010, e na sequência do processo de optimização operacional que temos vindo a implementar, cuja premissa essencial passa pela segregação da estrutura e dos processos, de acordo com um conceito de áreas funcionais críticas, identificámos mais algumas funções de ciclo funcional curto e facilmente mensuráveis, transferíveis para o regime de outsourcing, através do nosso parceiro Konecta.

Esta reorganização vem-nos permitindo a obtenção de sinergias pela concentração de funções similares num mesmo local (interno ou externo), com melhoria dos custos por actividade, melhor resposta aos níveis de serviço contratados e maior qualidade pela concentração de competências similares.

Relativamente à estrutura externa, podemos verificar que se manteve a tendência de melhoria da performance já verificada no ano anterior, a qual neste caso é medida em termos quantitativos pelo custo unitário por actividade. Em 2010 aquele custo foi reduzido em 22,6% face ao período homólogo.



Gestão Integrada de Custos

No âmbito do processo de Gestão Integrada de Custos, através do acompanhamento, da crítica e de acções de sensibilização a todas as linhas de custos de forma independente da Direcção Financeira, voltamos em 2010 a optimizar os custos gerais, com uma performance positiva face ao valor orçamentado.

Controlo Operacional

Com total independência da Direcção de Controlo e Compliance, a nossa actuação nesta matéria consiste em garantir que a realização dos processos operacionais é efectuada adequadamente e de acordo com os procedimentos e normas instituídas, mitigando assim as potenciais perdas derivadas de erros ou omissões, e salvaguardando a qualidade do processo operativo.

Gestão e Acompanhamento de Projectos

A área interveio em 2010 sobre todos os projectos do Banco com impacto na Direcção, quer na definição dos mesmos, quer na elaboração de testes de implementação, na emissão de procedimentos e normas, bem como no desenvolvimento de acções de formação às equipas operacionais.

No final de 2010 foi implementado na Direcção o modelo de Tecnologia & Operações do Grupo Santander, tendo o Middle Office assumido novas áreas de acção como sendo:

- Gestão Integrada de Headcount aliada à Gestão Integrada de Custos que já tinha sido implementada em 2009.
- Gestão do Risco Operacional e Tecnológico através da identificação e monitorização dos eventos de risco.
- Definição e controlo do Plano de Sistemas do Banco conjuntamente com a área de Tecnologia

Com este alargamento de perímetro de responsabilidades, o Middle Office passou a designar-se por "Organização, Tecnologia e Controlo".



CONTROLO E COMPLIANCE

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua actividade numa óptica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objectivos estabelecidos.

A estratégia de controlo foi conduzida no sentido de fortalecer o sistema de controlo interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, com o objectivo de garantir o efectivo cumprimento das disposições legais e dos deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas.

Em 2010, ciente dos desafios decorrentes da actual conjuntura económica, o Banco procedeu à revisão do seu Modelo de Governo, permitindo sinergias nos fluxos de informação que viabilizam uma tomada de decisão célere, dinâmica e capaz de responder de forma eficaz às exigências decorrentes da actividade desenvolvida.

O Modelo de Governo implementado assenta numa estrutura transversal e descentralizada, encontrando-se rigorosamente definidos os responsáveis, competências e periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

No que concerne à gestão de riscos, a linha de actuação privilegiou o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurando que o nível de capital interno permanece adequado ao perfil de risco incorrido, aos controlos existentes e ao respectivo plano de actividades.

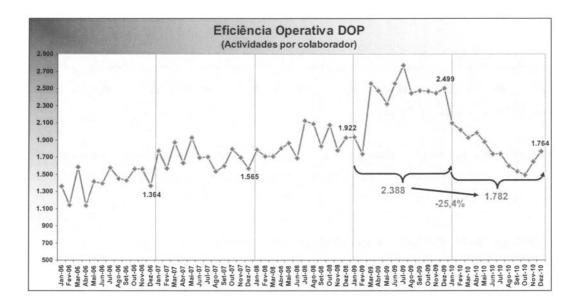
Em 2010, o Banco consolidou a utilização dos resultados dos exercícios de avaliação da adequação das metodologias e ferramentas de gestão de riscos, na definição da estratégia, no planeamento de capital e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a sustentabilidade do Banco, numa óptica de médio longo prazo. Para o efeito o Banco efectuou designadamente, exercícios de *stress test*, simulando cenários com diferentes graus de adversidade, concluindose pela adequabilidade dos níveis de solvabilidade e de liquidez.

No que respeita ao quadro normativo, a Direcção de Controlo e *Compliance*, responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno, assegurou, em articulação com demais área funcionais, a conformidade das práticas instituídas com as exigências legais e

As oscilações verificadas em 2008 e 2009 respeitam precisamente ao período de adaptação do novo modelo de gestão das operações, sendo que a tendência, apesar das referidas oscilações, tem sido sempre de redução do custo unitário por actividade. Em 2010 veio confirmar-se como correcta a nossa opção pelo modelo supracitado face à eficiência que conseguimos atingir.

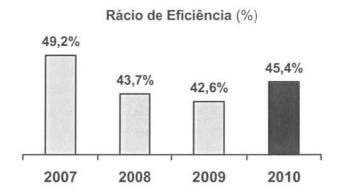
Na estrutura interna a implementação do novo modelo visou concentrar aqui as actividades de ciclo funcional mais longo e/ou com exigência técnica mais elevada, dado que também os recursos e respectivas competências estão mais adaptados a esta realidade.

De qualquer forma e apesar da maior complexidade dos processos geridos, também nesta estrutura, a performance manteve-se bastante positiva, pois o número de actividades por colaborador mantém-se superior aos anos anteriores à implementação do modelo.





A análise da conjugação da performance das duas estruturas é visível na evolução do seu rácio de eficiência.



Middle Office

Fruto do processo de reestruturação da Direcção de Operações iniciado em anos anteriores e concluído em 2010, foi possível a constituição de uma equipa com responsabilidades e tarefas independentes do processamento, actuando de forma transversal a toda a Direcção e em determinadas matérias a todo o Banco.

Esta nova área inserida na Direcção de Operações passou a centralizar um conjunto de actividades de forma transversal, quer oriundas do próprio processo operacional, quer oriundas de outras Direcções do Banco, visando prossecução dos seguintes objectivos:

- Identificar e promover a optimização dos custos e investimentos.
- Identificar e promover a implementação de processos diferenciadores
- Interagir com as áreas para um acréscimo da qualidade do serviço prestado
- Partilhar métricas e sugerir adaptação das capacidades para uma maior flexibilidade

Na perseguição dos objectivos definidos, o controlo operacional e de custos bem como a gestão e acompanhamento de projectos foi uma constante no decurso do ano, centralizando esta nova unidade as suas acções nas seguintes áreas temáticas:

regulamentares aplicáveis à actividade desenvolvida, na óptica do regime prudencial e comportamental em vigor, bem como a adopção de elevados princípios éticos e deontológicos, consolidando a afirmação da imagem institucional de excelência pela qual o Grupo Santander é reconhecido.

Procurando gerir de forma eficaz as expectativas dos clientes ou futuros clientes, transmitindo a confiança à concretização do negócio e fornecendo indicadores de estabilidade aos colaboradores, accionistas, entidades reguladoras e parceiros de negócio o Banco tem vindo a aperfeiçoar os mecanismos de transmissão de informação ao mercado designadamente, políticas, indicadores de gestão, produtos, serviços comercializados e suas características.

A contínua monitorização do sistema de controlo interno do Banco foi por fim assegurada através da realização de auditorias internas, permitindo avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O Ano de 2010 representou um fim de ciclo de 3 anos, marcado pela fusão de plataformas, renovação de sistemas (infra-estruturas e aplicações), aproveitamento de sinergias a nível local, aposta na eficiência através de soluções informáticas e na dinamização de soluções via Web.

Foi também o último ano de um modelo de gestão, que importava ser repensado e ajustado para responder às exigências do Grupo Santander. O ano 2011, representará o ano zero de um novo modelo de *governance*, no que respeita à área de tecnologia, que a partir de agora, passa a estar integrada na área de T&O.

Em termos de futuro das soluções informáticas, o caminho passa por dotar de maior escalabilidade as soluções existentes, para acomodar um maior volume de transacções e deste modo garantir um melhor suporte, na vertente interna e externa.

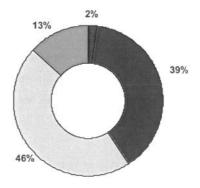
RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2010, o BSCP contava com um efectivo de 210 colaboradores, por via da admissao de 4 colaboradores e um turnover de saida de 2,4%, mantendo assim uma estrutura estavel quando comparada com 2009.



Os colaboradores do BSCP apresentam uma média etária de 37,6 anos, com a seguinte distribuição:

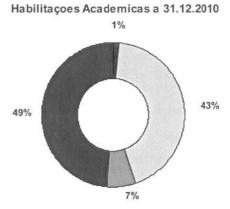
Distribuição Efectivos por Faixa Etaria a 31.12.2010



■ Até 25 Anos ■ Entre 26 e 35 anos □ Entre 36 e 45 anos ■ Superior a 46 anos

61 Juni

Ao nivel das qualificações academicas, a 31 de Dezembro o BSCP apresentava a seguinte composição:



■ Preparatório □ Secundário ■ Frequência Universitária ■ Licenciatura ou Superior

Denota-se uma ligeira melhoria quando comparado com 2009, designadamente no que se refere à Frequencia Universitaria (6%) e ao nivel da Licenciatura /Ensino Superior (48%).

O BSCP procura capitalizar, reconhecer e motivar as suas pessoas, previliginado o recrutamento interno e a mobilidade para fazer face às necessidades funcionais e organizativas decorrentes do desenvolvimento da sua actividade, recorrendo ao recrutamento externo para colmatar situações específicas. Nesse sentido, em 2010 foram criadas oportunidades de mudanças funcionais e/ou alteração do ambito de responsabilidades junto de 6% dos colaboradores.

A cultura de performance e reconhecimento do mérito traduz-se também pela existência de uma política de Gestão de Desempenho que, de forma transversal e transparente, visa obter o alinhamento da estratégia do Banco com os planos de actividade e objectivos individuais de cada colaborador. Em 2010 abrangeu a todos os colaboradores, sendo assim considerado uma política determinante para o sucesso do negócio.

O BSCP manteve a aposta nas competências dos seus colaboradores, vector determinante para o reforço das vantagens competitivas do Banco. Ao longo do 1º semestre de 2010 foi dado continuidade ao programa "Capacitar – Desenvolvimento das Chefias do BSCP", que visa contribuir para o alavancar das competências de liderança da estrutura directiva de primeiro e

segundo nivel. Esta fase caracterizou-se pelo seguimento dos Planos de Desenvolvimento Individuais através da realização de sessões de *coaching*.

Ao nível da Formação, mantém-se um enfoque na formação ministrada internamente (33% do total da formação) como forma de difundir o know-how específico do negocio do Banco. Das acções realizadas, destacam-se processos e procedimentos internos nas várias áreas como sendo Operações, Risco, Recuperação e Financeira.

Das acções de formação ministradas por entidades externas, os conteúdos centram-se nas áreas de natureza mais técnica (tecnologia de informação, microinformática, financeira, idiomas).

Importa igualmente destacar o seguimento do programa de formação levado a cabo pelo Grupo Santander direccionado para o desenvolvimento dos conhecimentos de negócio e das competências de liderança dos seus Directivos de Topo. Ministrado através do Centro Corporativo de Conhecimento e Desenvolvimento, alguns dos directivos do BSCP participaram em acções como Gestão Estratégica de Risco, Gestão do Talento e da Diversidade e Programa de Apoio Estratégico.

Como forma de promover e fortalecer os Valores e Cultura, fomentar a unicidade e desenvolver o sentimento de orgulho e pertença à instituição, foram realizadas um conjunto de iniciativas no âmbito do Santander És Tu, designadamente na semana celebrada internacionalmente em todo o Grupo. Foram desenvolvidas actividades sob o lema "Santander pelo Seu Coração", apelando à Saúde, Desporto e ao Espírito Solidário. Os colaboradores foram convidados a participar em acções informativas sobre a prevenção de doenças cardiovasculares, sessões de rastreio, workshops de gestão do stress, ginástica laboral, workshops de cozinha saudável, tendo-se igualmente promovido a distribuição de fruta. Ao nível da conciliação profissional e familiar, foi possível aos filhos dos colaboradores beneficiarem de uma semana completa de ocupação de tempos livres, repleta de actividades lúdicas e culturais.

A Responsabilidade Social e o espírito solidário assumiram um destaque particular através do apoio à Instiuição de Solidariedade Social "Crescer Ser", organização que acolhe crianças e adolescentes retiradas às suas famílias. Apoiamos a Casa da Ameixoeira composta por 10 jovens com idades compreendidas entre os 14 e 18 anos, ajudando na aquisição de novo mobiliário para os seus quartos e sala de estudo. Entendemos que estas iniciativas devem ser conjuntas, pelo que nas montagens contamos com a participação activa de 25 colaboradores.

Foi também lançada uma campanha de auxílio à Ajuda de Berço, onde os colaboradores participaram com bens alimentares, higiene infantil e material didáctico. Tivemos ainda a

63 ALL:

oportunidade de participar na inicitiva organizada pelo Banco Santander Totta, em conjunto com a CAIS, "Pão de Todos".

O Santander como Grupo internacional presente em 40 países, através do seu programa de intercâmbio "Mundo Santander" proporciona aos seus colaboradores, por um período de 4 meses, a oportunidade de trabalharem fora noutra unidade. Foi neste contexto que tivemos a participação de um dos nossos colaboradores e contamos com a presença de 2 colaboradores do Grupo. Esta é uma experiencia muito valorizada, pela troca de boas práticas entre diferentes realidades e pela formação e desenvolvimento individual que proporcionam.

DECLARAÇÃO RELATIVA À POLITICA DE REMUNERACAO DOS ORGAOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento no disposto na Lei nº 28/2009 de 19 de Junho e tendo presente as recomendações de adopção das melhores práticas remunerativas, segue abaixo a declaração relativa à política de remuneração de 2010 dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que será devidamente aprovada em Assembleia Geral.

1. Politica de Remuneração do Órgão de Administração

A Política de Remuneração dos Órgão de Administração do Banco Santander Consumer Portugal (o "BSCP" ou "Banco") está enquadrada e alinhada com a Politica Corporativa de Compensação e Benefícios do Grupo Santander, aplicável a todas as divisões e países onde este se encontra presente, tendo em consideração as respectivas adaptações locais.

1.1 Princípios Orientadores da Politica de Remuneração

Os princípios subjacentes à Politica de Remuneração são os seguintes:

- Definição de uma política simples e transparente alinhada com os valores, a cultura e
 a estratégia de negócio e de recursos humanos do Grupo, assente no pressuposto de
 que a iniciativa, a competência, a responsabilidade e o empenho são fundamentos
 essenciais por parte de quem desempenha funções chave e lidera o Banco.
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz, a fim de evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, procurando de igual modo a coerência com os objectivos, valores e interesses de médio e longo prazo do BSCP e seus colaboradores, bem como dos seus clientes, parceiros e investidores.
- Alinhamento com as recomendações dos reguladores em matéria de retribuição e as melhores praticas e tendências recentes do sector financeiro, a nível nacional e internacional, assente em critérios uniformes, justos e consistentes, visando não

65 Jun

fomentar a tomada inadequada de riscos e promovendo a continuidade do desempenho e resultados positivos.

- Orientação e foco nos resultados, reconhecendo a performance colectiva e individual
 e recompensando a consecução dos objectivos do negócio, tendo sempre por base
 uma gestão prudente de riscos. Nesse sentido, a par de um equilíbrio entre as várias
 componentes de remuneração, está definido um diferimento no tempo de uma parcela
 da Remuneração Variável e o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em
 instrumentos financeiros.
- Incentivo e valorização do desempenho, assegurando uma retribuição diferenciada e coerente com o processo anual de avaliação de desempenho dos colaboradores e o respectivo nível de experiencia na sua carreira profissional;
- Estabelecer níveis de equidade interna e de competitividade externa adequados, assegurando que a retribuição dos seus colaboradores tem em consideração o nível de responsabilidade e experiencia que o seu posto ocupa na organização, bem como o respectivo alinhamento quando comparado com o mercado;
- Fomentar a captação, desenvolvimento e compromisso dos colaboradores;
- Não descriminação por género, idade, raça, religião, nacionalidade, estado civil, orientação sexual ou classe social dos colaboradores;
- Cumprimento da legislação, laboral e fiscal internacional e nacional em vigor;

1.2 Componentes da Politica de Remuneração

A estrutura de remuneração do BSCP é transversal a todos os colaboradores do Banco de acordo com a função, níveis de responsabilidade e experiencia profissional.

De acordo com os princípios descritos, a Politica de Remunerações dos titulares dos Órgãos Sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo Santander que foram formuladas de acordo com as melhores praticas, tendo sido, inclusivamente, criado em 2010 um Comité de Avaliação de Riscos nas Remunerações do Grupo que tem a missão de transversalmente avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento dos objectivos.

Nesse sentido, a Politica de remuneração assenta nos seguintes conceitos:

Retribuição Fixa:

A retribuição fixa é estabelecida tendo em conta o nível de responsabilidade da função, conhecimento e percurso profissional, tendo presente a equidade interna dentro do BSCP e Grupo Santander, bem como a comparação com o mercado de referência.

Retribuição Variável:

O BSCP dispõe de dois sistemas de remuneração variável: um de curto prazo e outro de médio/longo prazo, ambos estabelecidos e regulamentados segundo directrizes e procedimentos corporativos.

O sistema de Remuneração Variável de Curto Prazo, está indexado a performance individual e do negócio. São tidos em consideração os resultados do Grupo Santander, da divisão Santander Consumer Finance e da sua subsidiária em Portugal. Acrescem indicadores que medem a qualidade dos resultados obtidos, como sendo a eficiente utilização do capital e a comparação com os concorrentes directos.

A afectação anual do montante da remuneração variável e devidamente aprovada pelo Grupo Santander.

De acordo com as regras e acima de determinados limites mínimos estabelecidos pelo Grupo em 2010, poderá haver lugar ao diferimento de parte da remuneração variável anual. O diferimento realizar-se-á de acordo com uma escala progressiva, sendo a quantia diferida convertida em acções do Grupo Santander e paga por terços durante um total de 3 anos. Não obstante a política estabelecida, pelas regras em vigor, o BSCP e seus Órgãos de Administração não foram tidos como elegíveis.

Como mecanismo de controlo e limitação da atribuição de remuneração variável, nos estatutos do Banco encontra-se estabelecido que o montante total da remuneração variável a pagar nunca poderá exceder 5% dos lucros do exercício.

67 Jann

O sistema de **Remuneração Variável de Longo Prazo** é composto por um Plano de Acções vinculado a objectivos que visa comprometer e promover o alinhamento dos quadros dirigentes do Grupo Santander com os interesses dos seus accionistas.

Este esquema é restrito a um colectivo específico do Banco, prevendo a atribuição teórica de acções por ciclos de 3 anos. Findo cada ciclo é realizada a respectiva entrega de acções em função de:

- Performance e posicionamento do Grupo Santander face aos seus principais concorrentes (grupo de referencia internacional) com relação a dois parâmetros: Retorno Total para Accionista e crescimento do Beneficio por Acção;
- o Permanência como quadro do Banco;

Em suma, a Politica de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração com funções executivas encontra-se alinhada com a estrutura acima descrita, integrando todos os conceitos retributivos mencionados, sendo devidamente aprovada na Comissão de Remunerações do Banco.

A 1 de Junho de 2010 assistiu-se à alteração da constituição dos Órgãos de Administração, tendo sido nomeado um novo Presidente do Conselho de Administração, ficando o anterior como Administrador sem funções executivas e a desempenhar outro cargo no Grupo Santander Consumer Finance.

Os membros dos Órgãos de Administração sem funções executivas não auferem qualquer tipo de remuneração no BSCP, dado serem remunerados pelo Grupo Santander Consumer Finance pelo exercício de outros cargos ou funções.

2. Politica de Remuneração do Órgão de Fiscalização

O Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal) do BSCP foi constituído em 2010, cujos membros tomaram posse a 28 de Maio. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal do BSCP é

composta, exclusivamente, por uma componente fixa anual estabelecida tendo em consideração a dimensão do negócio e as praticas comparáveis do mercado.

Em 2010 não foram pagas quaisquer valores a título de remunerações aos membros do Conselho Fiscal.

Remuneração anual auferida pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

	Remuneração 2010	
	Fixa	Variavel
Orgão de Administração		
Henrique Salema Carvalho e Silva	109	-
Luis Filipe Pires Ferreira	116	35
Pedro César Pereira Alves Saraiva	77	94
Inés Serrano Gonzalez	-	-
David Turiel Lopez	-	-
Borja Anduiza Ruivo	-	5
Orgão de Fiscalização		
Diogo José Paredes Leite de Campos	_	-
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	-	-
Valores: Mil Euros		

69 Adding

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho aprovou a seguinte Proposta de Aplicação de Resultados referente ao exercício de 2010, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais

"Proposta de Aplicação de Resultados:

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2010 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 7 049 260, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 11 633 212.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euros 704 926;

Resultados a transitar: Euros 6 344 334

Lisboa, 28 de Abril de 2011

O Conselho de Administração

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

2010 Amortizações, Activo provisões e Activo **ACTIVO** Notas Bruto e imparidade líquido 2009 PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO Notas 2010 2009 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais 5 17.499 17.499 14 1.181.231.713 1.068.446.439 35.822 Recursos de outras instituições de crédito Disponibilidades em outras instituições de crédito 6 46.669.113 46.669.113 29.814.467 Recursos de clientes e outros empréstimos 15 5.864.321 4.578.092 Aplicações em instituições de crédito 7 10.040.000 10.040.000 Passivos financeiros detidos para negociação 8 1.029.548 5.377.474 8 Provisões 16 1.478.369 122.267 Activos financeiros detidos para negociação 1.012.105 1.012.105 5.362.985 Crédito a clientes 9 1.412.530.928 (55.465.364) 1.357.065.564 1.249.555.114 Passivos por impostos correntes 12 1.343.172 646.866 10 Passivos por impostos diferidos 12 1.056.461 717.159 Activos não correntes detidos para venda 2.828.965 (1.900.191)928.774 1.517.210 Outros activos tangíveis 11 11.319.860 (3.015.272)8.304.588 8.403.954 Outros passivos subordinados 17 15.094.446 15.069.364 18 114.439.203 Activos intangíveis 11 4.928.467 (2.270.428)2.658.039 2.863.299 Outros passivos 103.010.747 Activos por impostos correntes 12 272.386 272.386 8.781 Total do Passivo 1.321.537.233 1.197.968.408 12 Activos por impostos diferidos 3.631.982 3.631.982 3.535.196 Outros activos 13 (2.611.373) 14.512.985 17.486.948 19 66.592.947 66.592.947 17.124.358 20 Outras reservas e resultados transitados 45.349.643 43.612.450 Rendimento integral do exercício 21 11.633.212 10.409.971 Total do Capital Próprio 123.575.802 120.615.368 1.445.113.035 Total do Activo 1.510.375.663 (65.262.628) 1.445.113.035 1.318.583.776 Total do Passivo e do Capital Próprio 1.318.583.776

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

<u>DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO</u>

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	23	92.128.277	89.491.720
Juros e encargos similares	23	(42.877.909)	(40.193.989)
MARGEM FINANCEIRA		49.250.368	49.297.731
Rendimentos de serviços e comissões	24	13.256.243	12.235.251
Encargos com serviços e comissões	24	(4.295.663)	(3.204.044)
Resultados em operações financeiras	25	-	(17.645)
Outros resultados de exploração	26	(924.008)	509.303
PRODUTO BANCÁRIO		57.286.940	58.820.596
Custos com pessoal	27	(8.935.058)	(8.606.477)
Gastos gerais administrativos	28	(15.160.859)	(14.706.564)
Depreciações e amortizações	11	(1.937.972)	(1.753.449)
Imparidade de crédito	16	(10.959.534)	(17.864.809)
Imparidade de outros activos	16	(1.783.995)	(566.351)
Outras provisões	16	(1.478.254)	(122.267)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		17.031.268	15.200.679
Impostos correntes	12	(5.156.526)	(4.195.983)
Impostos diferidos	12	(241.530)	(594.725)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.633.212	10.409.971
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		11.633.212	10.409.971
Número de acções em circulação no exercício		66.592.947	66.592.947
Resultados por acção		0,17	0,16

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Outras reservas e resultados transitados

			0411401000	ruo o rocanaaco	trarioitaaoo			
	•	Prémio de	Reserva	Outras	Resultados		Lucro do	
	Capital	Emissão	legal	reservas	transitados	Total	exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	66.592.947	12.790.664	9.272.201	1.362.890	20.682.307	44.108.062	8.024.816	118.725.825
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	1.065.052	(2.625.724)	9.585.488	8.024.816	(8.024.816)	-
Transferência de resultados transitados para reservas	-	-	-	22.454.403	(22.454.403)	-	-	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(8.520.432)	(8.520.432)	-	(8.520.432)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	10.409.971	10.409.971
Outros	-	-	-	4	-	4	-	4
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	66.592.947	12.790.664	10.337.253	21.191.573	(707.040)	43.612.450	10.409.971	120.615.368
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	-		963.642	773.551	8.672.778	10.409.971	(10.409.971)	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(8.672.778)	(8.672.778)	-	(8.672.778)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	11.633.212	11.633.212
Outros	-	-	-	(1)	1	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	66.592.947	12.790.664	11.300.895	21.965.123	(707.039)	45.349.643	11.633.212	123.575.802

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

<u>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS</u>

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	121.681.979	115.313.099
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(70.538.634)	(50.759.311)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	9.157.678	9.474.347
Pagamentos a fornecedores e empregados	(23.674.364)	(28.815.639)
Outros resultados	(443.277)	(4.675.757)
	36.183.382	40.536.739
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(123.268.154)	(26.796.959)
Outros activos	(6.878.541)	33.099.382
	(
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	116.150.393	(2.575.935)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(228.740)	(3.679.562)
·	(14.225.042)	46.926
Impostos sobre os lucros	(4.723.825)	(3.484.721)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	17.234.515	37.098.944
Aumento de aplicações em instituições de crédito	10.000.000	-
Pagamentos relativos a imobilizações	(1.725.414)	(2.418.425)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	8.274.586	(2.418.425)
Dividendos pagos	(8.672.778)	(8.520.432)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(8.672.778)	(8.520.432)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	16.836.323	26.160.087
Caixa e seus equivalentes no início do período	29.850.289	3.690.202
Caixa e seus equivalentes no fim do período	46.686.612	29.850.289

INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por "BSCP" ou "Banco"), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e "Factoring".

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades são consolidadas pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas actividades pelo facto de ter contratado uma compra a prazo de parte dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited, e de deter directamente os restantes títulos.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Abril de 2011.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, em vigor a essa data, desde que endossadas pela União Europeia.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPIFRIC 12 – Acordos de	RETAÇÕES: 1-Jan-10	Esta interpretação vem introduzir
concessão de serviços		regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis "dos clientes".

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
REVISÕES: IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo; e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1- Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração — Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas, não foi significativo.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas pela União Europeia:

Norma/Interpretação

Data de eficácia (exercícios iniciados em ou

após)

NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros

passivos financeiros através de

instrumentos de capital

próprio

1-Jul-10 Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização

das transacções em que os termos de um passivo financeiro são

renegociados e resultam numa emissão pela entidade de

instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

REVISÕES:

IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas

(revisão)

1-Jan-11

Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração

pública.

EMENDAS:

IAS 32 – Emenda (Classificação das

emissões de direitos)

1-Fev-10

Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos

de capital próprio.

IFRIC 14 – Emenda

(Pré-pagamento de um

requisito de

financiamento mínimo)

1-Jan-11

Esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de prépagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos retrospectivos significativos nas demonstrações financeiras, decorrentes da adopção das mesmas.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica "Interesses Minoritários".

De acordo, com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva ("goodwill"), é registada como um activo intangível. O "goodwill" não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Jack - burn

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, consequentemente, o "goodwill" gerado nessas operações permaneceu registado em reservas

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

c) Instrumentos financeiros - Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de "Outros activos". No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de "factoring"

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a totalidade das operações de "factoring" respeitam a contratos sem recurso.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Crédito a clientes – Factoring", a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de "Outros passivos – credores por contratos de factoring" (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis. Eventuais recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade de crédito".

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv) Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

d) <u>Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a</u> receber

O Banco efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de "factoring"
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
 - . Crédito pessoal
 - . Cartões de crédito
 - Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor)
- Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Aquisição de automóvel em estado novo
 - . Aquisição de automóvel em estado usado
 - . Aquisição de outros bens e serviços

MIM

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

- Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:
 - Reconduções (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
 - Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias);
 - Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percepcionado pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

Os créditos que sejam objecto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- . "Reconduções" são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- . "Refinanciamentos" inicialmente são classificados no modelo como créditos "em default", havendo a possibilidade de transitarem para o segmento "regular" caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respectivo prazo residual do empréstimo:
 - 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses;
 - . 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses;
- "Acordos de pagamento" ficam sempre classificados no modelo como "em default", mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

Tendo em consideração que informação histórica sobre estes segmentos é muito reduzida em virtude de serem segmentos recentes, o Banco não calcula factores de risco específicos no modelo de imparidade para estes segmentos, utilizando como *proxy* os factores de risco do segmento de "Crédito para aquisição de automóvel usado".

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica "Imparidade de crédito", líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

f) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica "Outros passivos".



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

g) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

h) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentam o seguinte detalhe:

	Anos
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

j) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica "Activos não correntes detidos para venda", pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2010 e 2009 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax). O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

k) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Comissões por prestação de serviços continuados estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- . Comissões pela realização de um acto significativo tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

Especialização de exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

m) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 corresponde a 26,5%. A partir do exercício de 2009, passou a aplicar-se uma taxa de IRC de 12,5% até ao montante de 12.500 Euros da matéria colectável.

Relativamente ao exercício de 2010, foi criada uma taxa adicional de Derrama Estadual, a qual é aplicável ao rendimento colectável que exceda os dois milhões de Euros. Esta taxa corresponde a 2,5% e faz com que a taxa marginal de imposto do Banco ascenda a 29%. O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 — "Impostos sobre o rendimento" e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco reconhece impostos diferidos passivos para o resultado não distribuído de entidades de propósito especial, por ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

O Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, efectua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

As autoridades têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo previamente definido, o qual é de quatro anos em Portugal, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2007 a 2010.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

Jes Jah

n) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e activos contingentes".

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para outros riscos e encargos destinamse a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

o) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de "Caixa e seus equivalentes" os saldos das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.4 Comparabilidade da informação

No exercício de 2010 o Banco alterou a forma de apresentação dos bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira, tendo em atenção a respectiva natureza e a prática de mercado.

Desta forma, estes activos, que anteriormente se encontravam classificados na rubrica "Outros activos", passaram a estar classificados numa linha separada do balanço denominada "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10).

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os sequintes:

				2010 (1)			2009	
Sector de actividade/Entidade	Sede	Sector de actividade	% Participação Efectiva	Situação liquida	Resultado liquido	% Participação Efectiva	Situação liquida	Resultado Ilquido
Fundo Silk Finance No.3	Portugal	Fundo de titularização de crédito	0%	821.037.487	(5.358.553)	0%	676.731.708	(4.591.509)
Silk Finance No.3 Limited	Irlanda	SPE	0%	(9.467.639)	81.059	0%	221.211.125	221.211.122
(1) Contae proviedriae								

Nos exercícios de 2010 e 2009, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Tal como descrito na Nota 33, em 15 de Outubro de 2010 o montante total envolvido nesta operação foi aumentado através de uma venda adicional de créditos.

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3 e o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited, foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades (Nota 33). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição directa ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	2009
Caixa	9.039	12.327
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	8.460	23.495
	17.499	35.822
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

Journ Journ

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

6. <u>DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	2009
Depósitos à ordem		
. No país	46.233.421	29.528.522
. No estrangeiro	81	1.00
	400 ME AND	
	46.233.502	29.528.522
Valores a cobrar	435.611	285.945
	46.669.113	29.814.467
	=======	=======

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Valores a cobrar" respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. APLICAÇÕES DE CURTO PRAZO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica diz respeito a um depósito a prazo no Banco Santander Totta, S.A., remunerado à taxa fixa de 4,5%, com data de início em 30 de Novembro de 2010 e maturidade em 30 de Março de 2011. O respectivo saldo tem a seguinte composição:

Valor nominal	10.000.000
Juro a receber	40.000
	10.040.000

8. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo destas rubricas corresponde ao justo valor dos swaps de taxa de juro (1.012.105 Euros e 5.362.985 Euros de justo valor positivo, respectivamente, e 1.029.548 Euros e 5.377.474 Euros de justo valor negativo, respectivamente), contratados no âmbito da operação de titularização (Nota 33).

9. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Crádita Vincenda	<u>2010</u>	2009
Crédito Vincendo Vendas a crédito Factoring Aluguer de longa duração Locação financeira mobiliária Créditos em conta corrente Cartões de crédito	820.447.353 185.954.590 172.407.992 133.740.129 17.159.155 6.205.283	735.255.802 164.537.694 149.195.982 153.734.405 17.384.667 7.634.686
. Outros	43	203.257
Crédito e juros vencidos Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos Encargos diferidos com comissões associadas ao	1.335.914.545 45.322.870 2.733.437	1.227.946.493 54.182.706 2.075.371
custo amortizado, líquidos de receitas diferidas	28.560.076	24.994.047
	1.412.530.928	1.309.198.617
Imparidade para Crédito (Nota 16)	(55.465.364)	(59.643.503)
	1.357.065.564	1.249.555.114

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 16.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição, tendo por base os Códigos da Actividade Económica do Instituto Nacional de Estatística em vigor em 31 de Dezembro de 2010:

	2010	2009
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	228.199.847	190.148.162
Construção	13.777.320	17.085.111
Indústrias transformadoras	12.357.633	12.702.865
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	11.922.973	7.529.585
Transportes e armazenagem	8.113.526	8.950.376
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.436.594	6.452.027
Actividades de saúde humana e apoio social	5.563.791	5.369.747
Alojamento, restauração e similares	3.424.401	3.325.895
Actividades financeiras e de seguros	2.108.996	2.071.925
Educação	2.071.529	1.807.726
Actividades imobiliárias	2.061.991	2.648.817
Actividades de informação e de comunicação	1.694.264	1.664.291
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.591.539	1.723.100
Outras actividades de serviços	1.557.377	1.740.947
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	923.217	950.459
Indústrias extractivas	323.653	349.091
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	300.344	407.307
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	78.184	200.157
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	64.816	93.600
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições	9.367	30.426
Outros sectores de actividade	112.290.973	72.651.302
Particulares	921.042.210	890.043.577
	1.335.914.545	1.227.946.493



Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

				31-12-2	UIU			
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	31.634.394	185.954.590	16.525.582	11.135.252	17.159.155	6.205.283	43	268.614.299
De 1 a 5 anos	414.220.405	-	116.524.601	97.644.297		-	-	628.389.303
A mais de 5 anos	374.592.554		39.357.809	24.960.580	1.5	75		438.910.943
			470 407 000	400 740 400	17 150 155	0.000.000	42	1.335.914.545
	820.447.353	185.954.590	172.407.992	133.740.129	17.159.155	6.205.283	43	1.333.514.343
	820.447.353	185.954.590	172,407.992	31-12-2		6.205.283	43	1.333.814.343
	820.447.353 Vendas a	185.954.590	Aluguer de			Cartões de	Outros	1.333.814.343
		Factoring		31-12-2	009			Total
Até 1 ano	Vendas a	(S. 150)	Aluguer de	31-12-2 Locação	009 Créditos em	Cartões de	Outros	Total
Até 1 ano De 1 a 5 anos	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	31-12-2 Locação financeira mobiliária	009 Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total 287.653.132
	Vendas a crédito 76.356.322	Factoring 164.537.694	Aluguer de longa duração 9.369.502	31-12-2 Locação financeira mobiliária 12.467.004	O09 Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	

Nota: A informação incluída nos quadros acima considera a distribuição do total do crédito vincendo de acordo com a data de reembolso final das operações.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

				2010			
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
De 1 a 3 meses	2.959.630	639.159	284.689	334.563	47.012	29.519	4.294.572
De 3 a 6 meses	1.750.050	250.888	297.684	162.939	64.815	42.224	2.568.600
De 6 a 12 meses	5.570.573	558.857	147.938	496.989	276.190	68.993	7.119.540
De 1 a 3 anos	17.588.786	3.828.300	946.700	1.768.606	2.475.585	497.970	27.105.947
Superior a 3 anos	199.768	183.051	72.524	84.608	1.999.538	1.694.722	4.234.211
	28.068.807	5.460.255	1.749.535	2.847.705	4.863.140	2.333.428	45.322.870
	28.068.807	5.460.255	1.749.535	2.847.705	4.863.140	2.333.428	45.322.870
	Vendas a crédito	5.460.255 Locação financeira mobiliária	1.749.535 Factoring		4.863.140 Cartões de crédito	2.333.428 Outros créditos	45.322.870 Total
De 1 a 3 meses	Vendas	Locação financeira		2009 Aluguer de	Cartões	Outros	
De 1 a 3 meses De 3 a 6 meses	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	2009 Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
	Vendas a crédito 3.491.867	Locação financeira mobiliária 688.282	Factoring	2009 Aluguer de longa duração 417.468	Cartões de crédito 111.354	Outros créditos 32.172	Total 6.739.190
De 3 a 6 meses	Vendas a crédito 3.491.867 2.418.235	Locação financeira mobiliária 688.282 387.960	Factoring 1.998.047 127.918	2009 Aluguer de longa duração 417.468 150.009	Cartões de crédito 111.354 148.348	Outros créditos 32.172 32.363	Total 6.739.190 3.264.833
De 3 a 6 meses De 6 a 12 meses	Vendas a crédito 3.491.867 2.418.235 9.153.416	Locação financeira mobiliária 688.282 387.960 1.101.615	Factoring 1.998.047 127.918 327.713	2009 Aluguer de longa duração 417.468 150.009 616.425	Cartões de crédito 111.354 148.348 495.196	Outros créditos 32.172 32.363 61.562	Total 6.739.190 3.264.833 11.755.927

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 17.204.900 Euros e 18.799.000 Euros, respectivamente.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o Banco não procedeu a alienações de créditos abatidos ao activo.

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes registados nesta rubrica, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.198.721
Recuperações Alienações Outros movimentos	1.672.496 (2.125.464) (49.134)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2.696.619
Recuperações Alienações	7.565.414 (7.433.068)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.828.965

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tinha registado imparidade para estes activos no montante de 1.900.191 Euros e 1.179.409 Euros, respectivamente (Nota 16).

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas "Outros activos tangíveis" e "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2010 e 2009 foram os seguintes:

					2010			
	Saldo	s iniciais			2-11-22-	_	Saldos Finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Outros activos tanglveis:	-							
Imóveis de serviço próprio	8.444.484	(1.462.072)	14.055	(108.873)	91.807	-	8.550.345	(1.570.944
Obras em imóveis arrendados Equipamento:	736.466	(429.010)		(127.246)			628.425	(448.215
Mobiliário e material	835.766	(824.428)		(2.966)		387	97.848	(89.089)
Máquinas e ferramentas	193.479	(187.317)	13.270	(3.333)			49.967	(33.868
Equipamento informático	4.984.849	(4.571.265)	268.694	(232.911)	56.272	5.0	999.899	(494.260
Instalações interiores	1.271.347	(711.684)	28.534	(145.702)	48.829		850.375	(359.051
Material de transporte	15.390	(15.390)	-		-	0.00		
Equipamento de segurança	55.334	(38.235)	-	(4.440)	-		32.304	(19.645
Outros equipamentos	4.571	(4.571)	-		50		200	(200
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.226)	-					
Imobilizações em curso	106.239		213.112	-	(199.235)	(9.619)	110.497	
	16.649.151	(8.245.198)	537.665	(625.471)	(2.328)	(9.232)	11.319.860	(3.015.272
Activos intanglveis:								
Software	8.188.340	(6.028.504)	167.855	(1.312.501)	705.316		3.990.934	(2.270.428
Imobilizações em curso	703.463	***************************************	1.019.894		(702.655)	(83.169)	937.533	
	8.891.803	(6.028.504)	1.187.749	(1.312.501)	2.661	(83.168)	4.928.467	(2.270.428
	25.540.954	(14.273.702)	1.725.414	(1.937.972)	333	(92.401)	16.248.327	(5.285.700

					2009				
	Saldos iniciais						7-	Saldos Finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Regularizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas
utros activos tangíveis:									
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.353.499)	36.329	(108.573)		-		8.444.484	(1.462.072)
Obras em imóveis arrendados Equipamento:	719.674	(282.061)	16.791	(146.949)				736.466	(429.010)
Mobiliário e material	835.766	(823.714)		(714)		12		835.766	(824.428)
Máquinas e ferramentas	190.301	(185.631)	3.178	(1.686)		-	19	193.479	(187.317)
Equipamento informático	5.041.691	(4.405.846)	216.298	(165.419)	(41.415)	(1.725)	(230.000)	4.984.849	(4.571.265
Instalações interiores	799,960	(628.734)	359.942	(82.950)	(52.175)	(3.840)	167.460	1.271.347	(711.684
Material de transporte	15.390	(15.390)	-	-	-	-		15.390	(15.390)
Equipamento de segurança	46.547	(34.106)	8.787	(4.127)				55.335	(38.235)
Outros equipamentos	4.571	(4.571)						4.571	(4.571
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.226)		100			125	1.226	(1.226
Imobilizações em curso			17.389		93.590	(4.740)		106.239	
	16.063.281	(7.734.778)	658.715	(510.418)	-	(10.305)	(62.540)	16.649.152	(8.245.198)
ctivos intangiveis:									
Software	6.550.857	(4.785.473)	155.669	(1.243.031)	1.481.814		16	8.188.340	(6.028.504
Imobilizações em curso	717.522	**	1.604.041	-	(1.481.814)	(193.687)	57.401	703.463	
	7.268.379	(4.785.473)	1.759.710	(1.243.031)	-	(193.687)	57.401	8.891.803	(6.028.504
	23.331.660	(12.520.251)	2,418,425	(1.753.449)		(203.992)	(5.139)	25.540.954	(14.273.702)

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldos das imobilizações em curso de outros activos tangíveis referem-se à instalação de uma sala de formação no edifício-sede, a qual se espera que fique concluída em 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo das imobilizações em curso de activos intangíveis refere-se a projectos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software ou evolução de software já existente, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2011.

Jam Jam

12. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Activos por impostos correntes Passivos por impostos correntes	272.386	8.781
. Imposto do exercício a pagar	(1.343.172)	(646.866)
	(1.070.786) ======	(638.085)
Activos por impostos diferidos Passivos por impostos diferidos	3.631.982 (1.056.461)	3.535.196 (717.159)
	2.575.521 ======	2.818.037

Nos exercícios de 2010 e 2009, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	2010	2009
Impostos correntes . Do exercício . Correcções a exercícios anteriores	5.046.446 110.079	4.131.587 64.396
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	5.156.526 241.530	4.195.983 594.725
Total de impostos registados em resultados	5.398.056	4.790.708
Resultados antes de impostos	17.031.268	15.200.679
Carga fiscal	31,69%	31,52%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2010 e 2009, pode ser detalhada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		17.031.268		15.200.679
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	25,00%	4.257.817	25,00%	3.800.170
Diferenças permanentes				
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	2,36%	401.955	1,56%	265.444
Derrama estadual	2,21%	375.782	0,00%	-
Alteração da taxa de imposto diferido	-1,56%	(265.853)	0,00%	-
Derrama municipal	1,50%	255.469	1,50%	228.010
Tributação autónoma	0,65%	110.352	0,66%	112.573
Outras diferenças permanentes	0,90%	152,453	0,33%	55.978
Outros	0,00%		0,00%	11
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	31,05%	5.287.976	29,05%	4.462.186
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	0,65%	110.080	0,42%	64.396
Imposto diferido	0,00%		1,74%	264.126
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores, líquidas de impostos diferidos	0,65%	110.080	2,16%	328.522
Impostos sobre os lucros	31,69%	5.398.056	31,52%	4.790.708

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

Com o objectivo de adaptação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, o qual procedeu a alterações relevantes a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo ainda procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010. Adicionalmente, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, veio definir disposições transitórias relativamente à implementação, pela primeira vez, das normas internacionais de contabilidade, no âmbito das quais, para as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que já aplicavam os novos referenciais contabilísticos, as variações patrimoniais decorrentes da transição entre o Plano de Contas do Sistema Bancário (anterior normativo contabilístico) e as NCA que sejam fiscalmente relevantes de acordo com as disposições do Código do IRC, concorrem em partes iguais para a formação do lucro tributável no exercício de 2006 e nos quatros exercícios subsequentes.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2010 e 2009, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

			2010		
	Saldos em 31-12-2009	Reforços	Realizações/ anulações	Outros movimentos	Saldos em 31-12-2010
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	3.045.757	2.473.027	(1.972.822)		3.545.962
Provisões	307.844		(221.824)		86.020
	3.353.601	2.473.027	(2.194.646)	-	3.631.982
Correcções relacionadas com os ajustamentos					
de transição para IAS/IFRS:					
Desreconhecimento de activos financeiros	181.595	1.5	(181.595)	7.5	*
Total de activos por impostos diferidos	3.535.196	2.473.027	(2.376.241)		3.631.982
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuido do Silk Finance no.3 Limited		(1.055.475)			(1.055.475)
Outros		-		(986)	(986)
	2	(1.055.475)		(986)	(1.056.461)
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:					
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(717.159)		717.159	-	
Total de passivos por impostos diferidos	(717.159)	(1.055.475)	717.159	(986)	(1.056.461)
Saldo líquido	2.818.037	1.417.552	(1.659.082)	(986)	2.575.521



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

	2009				
	Saldos em 31-12-2008	Reforços	Realizações/ anulações	Outros movimentos	Saldos em 31-12-2009
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	3.799.813	170.934	(1.203.903)	278.913	3.045.757
Provisões	126.249	181.595			307.844
	3.926.062	352.529	(1.203.903)	278.913	3.353.601
Correcções relacionadas com os ajustamentos					
de transição para IAS/IFRS:					
Desreconhecimento de activos financeiros	363.190	(181.595)		2	181.595
Total de activos por impostos diferidos	4.289.252	170.934	(1.203.903)	278.913	3.535.196
Passivos por impostos diferidos					
Correcções relacionadas com os ajustamentos					
de transição para IAS/IFRS:					
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(876.490)	438.244	17	(278.913)	(717.159)
Total de passivos por impostos diferidos	(876.490)	438.244		(278.913)	(717.159)
Saldo líquido	3.412.762	609.178	(1.203.903)		2.818.037

Na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais, a partir de 1 de Janeiro de 2007 o apuramento da derrama passou a corresponder no máximo a 1,5% sobre o lucro tributável determinado em cada exercício.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o valor do imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Imposto corrente do exercício	5.046.446	4.131.587
Pagamentos por conta Imposto corrente do exercício anterior	(3.694.493) (8.781)	(3.484.721)
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.343.172	646.866

13. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	2009
Outros activos . Imposto a recuperar . Devedores diversos	9.694.792 2.842.515	8.648.186 3.873.980
Rendimentos a receber	12.537.307	12.522.166
Comissões e outros valores a receber Despesas com encargos diferidos Valores diversos a regularizar	1.263.478 1.418.227 1.905.346	2.772.814 1.115.989 2.566.382
Less that All Land	17.124.358	18.977.351
Imparidade (Nota 16) Impostos a recuperar	(2.611.373)	(1.490.403)
	14.512.985	17.486.948

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Imposto a recuperar", inclui 9.694.792 Euros e 8.416.798 Euros, respectivamente, relativos a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos activos ascende a 2.611.373 Euros e 1.490.403 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros activos – devedores diversos", inclui 101.424 Euros e 533.985 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber por alienação de viaturas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Despesas com encargos diferidos" inclui 602.902 Euros e 536.023 Euros, respectivamente, relativos à comissão de montagem da operação de titularização.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "Valores diversos a regularizar", inclui 1.107.557 Euros e 1.532.007 Euros, respectivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Rendimentos a receber- Comissões e outros valores a receber" incluía 1.613.026 Euros de valores a regularizar que tinham contrapartida na rubrica "Outros passivos – outros encargos a pagar" (Nota 18).

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de "Outros activos" nos exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 16.



14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	686	9.850.293
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	752.000.000	711.000.000
Bancos Centrais (Nota 33)	165.000.000	330.000.000
Juros a pagar	13.074.569	17.596.146
	930.074.569	1.058.596.146
Operações de venda de títulos com acordo de recompra (Nota 33)		
Outras instituições de crédito no estrangeiro	250.000.000	-
Juros a pagar	1.156.458	-
	1.181.231.713	1.068.446.439
		=========

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem	397.367	168.627
Cheques e ordens a pagar	5.466.954	4.409.465
	5.864.321	4.578.092
	=======	=======

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal.

16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2010 e 2009 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

				2010			
	Saldos em 31.12.2009	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2010	Recuperação de crédito e juros vencidos
Imparidade para crédito (Nota 9)	59.643.503	46.693.163	(26.575.951)	(24.160.684)	(134.667)	55.465.364	(9.157.678)
Imparidade:							
. Impostos a recuperar (Nota 13)	1.490.403	3.147.101	(1.814.995)	(211.137)	1.	2.611.373	
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.179.409	6.111.008	(5.659.119)	11.500000000000000000000000000000000000	268.893	1.900.191	
	2.669.812	9.258.109	(7.474.114)	(211.137)	268.894	4.511.564	-
Provisões	122.267	1.595.666	(117.412)	×	(122.152)	1.478.369	-
	62.435.582	57.546.938	(34.167.477)	(24.371.821)	12.075	61.455.297	(9.157.678)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

				2009			
	Saldos em 31.12.2008	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2009	Recuperação de crédito e juros vencidos
Imparidade para crédito (Nota 9)	55.078.301	68.449.768	(41.925.880)	(21.690.860)	(267.826)	59.643.503	(8.659.079)
Imparidade:							
. Impostos a recuperar (Nota 13)	988.864	845.141		(343.602)		1,490,403	2
. Aplicações por recuperação de crédito (Nota 10)	1,458.197	7.674.180	(7.952.970)		2	1.179.409	
	2.447.061	8.519.321	(7.952.970)	(343.602)	2	2.669.812	-
Provisões	-	122.267	55			122.267	
	57.525.362	77.091.356	(49.878.850)	(22.034.462)	(267.824)	62.435.582	(8.659.079)

17. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	2009
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	94.446	69.364
	15.094.446	15.069.364
	========	=======

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,25%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a taxa de juro em vigor ascendia a 2,39% e 1,77%, respectivamente.



18. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Valence a name of Fatada	2010	2009
Valores a pagar ao Estado: . Imposto sobre o Valor Acrescentado . Imposto do Selo	865.090	919.406 559.468
. Retenção de impostos na fonte	134.181	177.078
. Contribuições para a Segurança Social	132.640	133.279
. Outros	132.040	112
. Outlos		112
	1.131.911	1.789.343
Credores:	04 040 700	50 000 110
. Credores por contratos de factoring	64.949.730	
. Cauções recebidas – contratos de ALD	24.215.503	
. Fornecedores, conta corrente		9.175.578
. Outros credores		1.649.972
	98.817.745	
Operações passivas a regularizar	9.425.118	6.339.593
and subsections for the control of t		
Encargos a pagar:		
. Gastos gerais administrativos	2.741.156	2.327.097
. Acordos de participação	709.621	673.069
. Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	922.481	936.760
. Bónus a distribuir aos colaboradores	691.171	481.250
. Outros encargos a pagar	-	1.614.624
	5.064.429	6.032.800
	114.439.203	103.010.747
	========	========

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Credores por contratos de factoring" representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Cauções recebidas – contratos de ALD" respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

A rubrica "Encargos a pagar – Acordos de participação", diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Outros encargos a pagar" inclui 1.613.026 Euros referentes a valores a regularizar que têm contrapartida na rubrica "Rendimentos a receber- Comissões e outros valores a receber" (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Fornecedores – conta corrente" inclui 1.154.345 Euros e 1.197.035 Euros, respectivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros.

19. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	Número de acções	Percentagem de participação
Santander Consumer Finance, S.A. Santander Consumer Establecimiento Financiero	53.331.647	80,086%
de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	66.592.947 ======	100,000%

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	2009
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	11.300.895	10.337.253
Outras Reservas	21.965.123	21.191.573
Resultados Transitados	(707.039)	(707.040)
	45.349.643	43.612.450
		=======

Nos termos da portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício em base individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em Assembleia Geral realizada em 13 de Dezembro de 2010, foi deliberada a distribuição aos accionistas de resultados transitados no montante de 8.672.778 Euros.



21. RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2010 e 2009, o resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	2010	2009
Contributo de cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação para o resultado líquido consolidado: . Banco Santander Consumer Portugal . Silk Finance No.3 Limited	7.049.260 3.639.568	9.636.420 187
. Fundo Silk Finance No.3	-	-
A	10.688.828	9.636.607
Ajustamentos de consolidação: . Imparidade em crédito concedido,		
líquida de impostos diferidos . Imposto diferido sobre o resultado líquido	1.999.859	773.592
do Silk Finance No.3 Limited	(1.055.475)) -
. Outros		(228)
	11.633.212	10.409.971

22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2009 e 2008, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	2009
Garantias prestadas	3.757	776.894
Compromissos perante terceiros	74.577.473	99.997.034
Activos dados em garantia – valor nominal (Nota 33)	300.000.000	500.000.000

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Compromissos perante terceiros" respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tinha registado provisões para fazer face a eventuais encargos a incorrer com estes compromissos no montante de 115 Euros e 122.267 Euros, respectivamente (Nota 16).

23. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	2009
Juros e proveitos similares . Juros de financiamento de vendas a crédito e		
financiamento em conta corrente	72.216.406	70.168.852
. Juros de crédito em locação	15.807.057	20.396.850
. Comissões associadas ao custo amortizado . De intermediação	(12.280.980)	(11 363 735
. Rappel		(4.899.400
. Apoio Fixo		(618.489
. Juros de swaps (operação de titularização)	12.995.932	
. Juros de adiantamentos de "factoring"	3.841.744	
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	1.276.527	
. Comissões de abertura de contrato	3.898.763	3.159.418
Outros juros e proveitosDe aplicações a prazo	41.861	
. Operações de concessão de crédito	394	38.734
. Outros	20.019	58.792
	92.128.277	89.491.720
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	29.447.758	
. Juros de derivados de negociação	13.066.619	
. Juros de empréstimos subordinados	288.702 11	476.842 2.241
 Juros de depósitos de outros residentes Juros de operações de factoring 	36.818	90.145
. Seguros de protecção ao crédito	30.010	156.122
. Outros juros e encargos	38.001	-
	42.877.909	40.193.989
Margem Financeira	49.250.368	49.297.731
	========	=======



24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2010 e 2009, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	6.508.508	6.163.323
. Despesas de cobrança de rendas	2.451.534	2.104.996
. Operações de "factoring"	1.804.835	1.076.723
. Comissões por prestação de serviços	869.558	1.566.871
. Garantias prestadas	-	1.450
. Outros proveitos de comissões	1.621.808	1.322.888
	13.256.243	12.236.251
Encargos com serviços e comissões		
. Por serviços bancários de terceiros	1.149.121	1.079.616
. Comissões de colocação de seguros	1.073.978	749.884
. Comissões de Acordos de Participação	1.543.552	1.222.581
. Outros custos com comissões	529.012	151.963
	4.295.663	3.204.044
	8.960.580	9.031.207
	======	=======

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Lucros em operações financeiras:

Ganhos em instrumentos financeirosOutros lucros financeiros	1.256
	1.256
Prejuízos em operações financeiras:	
. Outros prejuízos financeiros	(18.901)
	(18.901)
	(17.645)

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outros proveitos de exploração:		
. Mais-valias em bens de locação financeira	855.650	1.094.136
. Prestação de serviços	96.602	345.928
. Outros	1.876.098	2.406.719
	2.828.350	3.846.783
Outros custos de exploração:		
. Menos-valias em bens de locação financeira	1.336.383	2.244.321
. Outros custos de exploração	432.394	131.511
. Outros impostos indirectos	1.983.581	961.648
	3.752.358	3.337.480
	(924.008)	509.303
	=====	=====

A rubrica "Outros proveitos de exploração - Outros" inclui nomeadamente comissões recebidas pela cobrança de seguros e indemnizações por lucros cessantes em terminações de contratos.

27. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Salários e vencimentos:		
 Remunerações dos órgãos de gestão Remunerações dos empregados 	185.724 5.724.258	177.504 5.956.003
	5.909.982	6.133.507
Encargos sociais:		
. Segurança Social	1.276.767	1.301.709
. Outros encargos	363.114	186.153
	1.639.881	1.487.862
Outros custos com o pessoal:		
. Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	650.000	481.888
. Indemnizações contratuais	426.601	130.262
. Comparticipação de juros de crédito à habitação	51.840	60.633
. Outros	256.754	312.325
	1.385.195	985.108
	8.935.058	8.606.477
	=======	======

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

Jam Jam

Em 31 de Dezembro de 2010 e 20089, o número de efectivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	2009	2008
Direcção	1	1
Quadros superiores	21	20
Quadros técnicos	154	159
Administrativos	35	44
	211	224
	===	===

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Serviços especializados:		
. Subcontratação de pessoal e outros serviços de		
outsourcing	2.386.899	2.603.670
. Recuperação de valores e viaturas	2.516.933	2.562.390
. Informática	1.601.058	1.414.582
. Advocacia	1.311.235	1.018.861
. Segurança e vigilância	195.782	224.145
. Assistência e software	133.050	223.645
. Outros serviços especializados	1.132.085	1.186.319
Comunicação	1.234.862	1.478.055
Publicidade	870.365	932.601
Rendas e alugueres	591.240	613.403
Seguros, serviços judiciais e contencioso	854.393	
Conservação e reparação	487.752	
Avenças e honorários	974.556	
Água, energia e combustíveis	340.862	330.551
Deslocações, estadas e representações	249.420	234.886
Material de consumo corrente	141.791	200.964
Encargos com emissão de obrigações	11.058	30.750
Encargos com formação	46.601	21.497
Outros fornecimentos e serviços	80.917	87.833
	15.160.859	14.706.564
	=======	=======

No exercício de 2010, as remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas têm a seguinte composição:

Revisão legal das contas	149.566
Outros serviços de garantia de fiabilidade	140.650
Serviços de consultoria fiscal	179.966
	470.182
	======

29. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de Retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- <u>Banca Comercial</u>: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2010 e 2009, foi a seguinte:

	2010			2009			
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	88.620.224	3.842.571	92.462.795	84.268.309	5.223.411	-	89.491.720
Juros e encargos similares	(41.781.970)	(1.095.939)	(42.877.909)	(39.021.145)	(1.172.844)	2	(40.193.989)
Rendimentos de serviços e comissões	10.938.686	2.317.557	13.256.243	11.821.768	1.087.404	(673.921)	12.235.251
Encargos com serviços e comissões	(4.630.181)	**	(4.630.181)	(3.204.044)	-		(3.204.044)
Resultados em operações financeiras		20	-	(17.645)		-	(17.645)
Outros resultados de exploração	(924.008)	-	(924.008)	509.303		8	509.303
Produto da Actividade Bancária	52.222.751	5.064.189	57.286.940	54.356.546	5.137.971	(673.921)	58.820.597
Outros custos e proveitos			(45.653.728)				(48.410.626)
Resultado Líquido do Exercício			11.633.212			_	10.409.971
Crédito a clientes (valor líquido)	1.150.770.331	206.295.233	1.357.065.564	1.064.383.548	185.171.566		1.249.555.114
Activo Ilquido total	1.241.139.670	203.973.365	1.445.113.035	1.134.847.386	183.736.390	-	1.318.583.776
Recursos de outras instituições de crédito	1.003.423.808	177.807.905	1.181.231.713	911.976.678	156.469.761		1.068.446.439
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.864.321	40	5.864.321	4.578.092	12	19	4.578.092

Nos exercícios de 2010 e 2009, a actividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.



30. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	2010								
	Banco Santader, S S.A.	antander Consumer Finance	Banco Santander Totta	Totta Segure	S Isban PT - Engenhari e Software Bancário		Geoban	Multirent	Total
Balanço									
Activos									
Disponibilidades em outras instituições de crédito		96	7.973.037						7.973.037
Aplicações em instituições de crédito			10.040.000		9		2	- 0	10.040.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.012.105								1.012.105
Crédito a clientes								7	1
Activos intangíveis e outros activos tangíveis			-		- 842.32	4 -	37.848	-	880.172
Outros activos									
Rendimentos a receber	1.5				0	- 3.466		200.000	203.466
Outros devedores		-	257.848		-			82.951	340.799
Passivos									
Recursos de outras Instituições de Crédito	7727	(766.189.777)	(686)		¥ .		2		(766.190.463)
Recursos de clientes					*		8	(162.186)	(162.186
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.029.548)				5		8 50		(1.029.548)
Empréstimos subordinados		(15.094.446)			-				(15.094.446)
Demonstração dos resultados									
Juros e rendimentos similares	12.995.932	2	50.230		¥ 5			2	13.046.162
Juros e encargos similares	*	26.751.847	76.696				8 8		26.828.543
Rendimentos com comissões	(*)			65.0	53			4.174	69 227
Gastos gerais administrativos	0.00				-	- 236.722	-		236.722
					2009				
	Banco Santad S.A.	er, Santander Cons Finance	umer Sa		sban PT - Engenharia e Software Bancário	Isban SL (Espanha)	Produban	Multirent	Total
Balanço	S-11272								
Activos									
Activos financeiros detidos para negociação	5.362.5	985	0.00			**	-		5.362.985
Crédito a clientes		-					- 6	27	27
Outros activos									
Rendimentos a receber		-	4.1	32	20	20	40	200.000	200.000
Outros devedores			190	169.220	1,433.898	744.635	-	36,191	2.383.944
Passivos									
Recursos de outras Instituições de Crédito		- (727.816	3 979) (1	9.850.293)		10	20	- 2	(737.667.272
Recursos de clientes		(121.010	J. 37 3) (J. G. G. G. Z. S. G. J.				(45.107)	(45.107)
Passivos financeiros detidos para negociação	(5.377.4	74)		-			-	(40.101)	(5.377.474)
Empréstimos subordinados	(3.377.4	- (15.069	264\			~	-		(15.069.364
Demonstração dos resultados		(10.00)	2,504)						(10.000.00
		100							F 040 000
Juros e rendimentos similares	5.851.		-	58.324	-	-	-		5.910.027
Juros e encargos similares	(5.879.5	77) (33.187	7.037)	(98.304)			-	-	(39.164.918)
Outros resultados de exploração				274.009	1.345.629	34.760		72.500	1.726.897
Gastos gerais administrativos		-	2.00	35		2.5	(77.744)		(77.744)

Os montantes incluídos nos quadros acima na rubrica Activos intangíveis e outros activos tangíveis correspondem essencialmente a montantes pagos pelo Banco a outras entidades do Grupo durante o ano relativos a projectos de desenvolvimento nas aplicações informáticas.

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

31. GESTÃO DE RISCO

Políticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção "Risco de Crédito" do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2010					
	Valor	Valor de	Provisões e	Valor de		
	nominal	balanço bruto	imparidade	balanço líquido		
<u>Patrimoniais</u>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.669.113	46.669.113		46.669.113		
Aplicações em instituições de crédito	10.000.000	10.040.000	- 1	10.040.000		
Activos Financeiros detidos para negociação		1.012.105		1.012.105		
Crédito a clientes	1.381.237.415	1.383.970.852	(55.465.364)	1.328.505.488		
Outros activos, excluindo encargos diferidos	15.706.131	15.706.131	(2.611.373)	13.094.758		
	1.453.612.659	1.457.398.201	(58.076.737)	1.399.321.464		
<u>Extrapatrimoniais</u>						
Garantias prestadas	3.757	3.757		3.757		
Compromissos perante terceiros	74.577.473	74.577.473	(115)	74.577.358		
	74.581.230	74.581.230	(115)	74.581.115		
	2009					
	Valor	Valor de	Provisões e	Valor de		
	nominal	balanço bruto	imparidade	balanço líquido		
<u>Patrimoniais</u>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.814.467	29.814.467		29.814.467		
Activos Financeiros detidos para negociação	-	5.362.985	12	5.362.985		
Crédito a clientes, excluindo encargos diferidos	1.282.129.199	1.284.204.572	(59.643.505)	1.224.561.067		
Outros activos, excluindo encargos diferidos	20.557.981	20.557.981	(2.669.812)	17.888.169		
	1.332.501.647	1.339.940.005	(62.313.317)	1.277.626.688		
<u>Extrapatrimoniais</u>						
Garantias prestadas	776.894	776.894	(7.769)	769.125		
Compromissos perante terceiros	99.997.034	99.997.034	(114.498)	99.882.536		
	100.773.928	100.773.928	(122.267)	100.651.661		

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 28.560.076 Euros e 24.994.047 Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente (Nota 9).

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

The law

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

		2010	
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	758.304.668	98.932	758.403.600
Créditos com incumprimento	47.849.375	2.830.829	50.680.204
Créditos em default	14.293.310	25.139.046	39.432.356
	820.447.353	28.068.807	848.516.160
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	124.095.697	3.910	124.099.607
Créditos com incumprimento	8.538.892	636.415	9.175.307
Créditos em default	1.105.540	4.819.930	5.925.470
	133.740.129	5.460.255	139.200.384
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	163.842.520	2.847	163.845.367
Créditos com incumprimento	7.556.455	332.510	7.888.965
Créditos em default	1.009.017	2.512.348	3.521.365
	172.407.992	2.847.705	175.255.697
Total	1.126.595.474	36.376.767	1.162.972.241
	R	2009	
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	670.845.133	191.641	671.036.774
Créditos com incumprimento	49.491.277	3.330.268	52.821.546
Créditos em default	14.919.392	31.217.298	46.136.690
	735.255.802	34.739.208	769.995.010
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	140.371.815	5.476	140.377.293
Créditos com incumprimento	10.740.904	684.332	11.425.236
Créditos em default	2.621.686	6.704.093	9.325.778
	153.734.405	7.393.901	161.128.307
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	139.740.473	28.773	139.769.246
Créditos com incumprimento	8.191.502	389.305	8.580.807
Créditos em default	1.264.008	2.574.966	3.838.974
	149.195.982	2.993.044	152.189.026
Total	1.038.186.190	45.126.153	1.083.312.343

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- "Créditos sem incumprimento" créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias:
- "Créditos com incumprimento" créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2010 e 2009, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontramse, entre outras, garantidas pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de "factoring" com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Activos financeiros com incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de créditos concedidos a clientes com vencido associado mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual efectuada pelo Banco, cuja metodologia é descrita na Nota 2.3 d), ascendem a 3.632.480 Euros e 9.456.870 Euros, respectivamente. Os referidos créditos respeitam essencialmente a operações de cessão de facturação de concessionários em regime de "factoring", no âmbito das quais são prestadas garantias bancárias pelos devedores aos aderentes com uma cláusula a favor do Banco. O montante de garantias bancárias na data de referência das demonstrações financeiras para estas operações ascendia a 3.896.435 Euros e 9.946.319 Euros, respectivamente.

Créditos renegociados

No âmbito da sua actividade de recuperação de crédito vencido, o Banco passou a efectuar com maior frequência a partir do início de 2010 acordos de renegociação de créditos que se encontrem em incumprimento, os quais são considerados no modelo funcional de determinação de perdas por imparidade.

Uma vez que os créditos renegociados são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- Créditos com prestações em atraso há menos de 90 dias à data da renegociação os créditos renegociados são classificados como créditos vincendos;
- . Créditos com prestações em atraso entre 90 e 180 dias à data da renegociação inicialmente são classificados como créditos em incumprimento, havendo a possibilidade de transitarem para crédito vincendo caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respectivo prazo residual do empréstimo:
 - 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses;
 - . 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses;
- . Créditos com prestações em atraso há mais de 180 dias à data da renegociação ficam sempre classificados como créditos em incumprimento, mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.



BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2010, os créditos identificados como renegociados pelo Banco estão classificados no tipo Vendas a crédito, e apresentavam a seguinte composição:

Crédito vencido Crédito vincendo associado a vencido	354.413 1.875.423
	2.229.836
Crédito vincendo	2.912.881
	5.122.330
Imparidade	(2.479.383)
	2.642.947

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos ("Asset Liabilities Committee" – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os "cash flows" contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

				2010		200000000000000000000000000000000000000	
		Até	De três meses	De 1 ano	De 3 anos	Mais de	
	Àvista	3 meses	a 1 ano	a 3 anos	a 5 anos	5 anos	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	17.499			*		-	17.499
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.669.113						46.669.113
Aplicações em instituições de crédito		10.116.250					10.116.250
Crédito a clientes (Saldos brutos)	24.364.479	197.559.310	334.832.355	535.172.150	299.778.234	174.784.381	1.566.490.909
	71.051.091	207.675.560	334.832.355	535.172.150	299.778.234	174.784.381	1.623.293.771
Passivo							
Recursos de outras Instituições de Crédito		(369.652.222)	(166.769.474)	(646.712.200)	(41.038.283)		(1.224.172,180)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.864.321)	- 1	-				(5.864.321)
Passivos subordinados		(179.944)	(184.000)	(895.479)	(15.881.491)	-	(17.140.914)
Outros passivos financeiros							
Credores por contratos de factoring		(64.949.730)				0.7	(64.949.730)
Cauções recebidas - contratos de ALD		(455.934)	(2.888.758)	(9.636.258)	(8.297.865)	(2.936.688)	(24.215.503)
	(5.864.321)	(435.237.830)	(169.842.232)	(657.243.937)	(65.217.639)	(2.936.688)	(1.336.342.648)
Diferencial	65.186.770	(227.562.270)	164.990.123	(122.071.787)	234.560.595	171.847.693	286.951.123

				2009			
	9200000	Ate	De três meses	De 1 ano	De 3 anos	Mais de	Charles
	À vista	3 meses	a 1 ano	a 3 anos	a 5 anos	5 anos	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	35.822	-	-	20		20	35.822
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.814.467						29.814.467
Crédito a clientes (Saldos brutos)	75.072.475	128.102.947	350.903.856	507.770.816	268.697.669	123.470.788	1.454.018.551
	104.922.764	128.102.947	350.903.856	507.770.816	268.697.669	123.470.788	1.483.868.840
Passivo							
Recursos de outras Instituições de Crédito	(27.446.439)	(180.426.858)	(404.538.174)	(431,902.470)	(89.031.304)		(1,133,345,245)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.578,092)	-	2				(4.578.092)
Passivos subordinados	3000 CO		(260.973)	(891.409)	(1.010.122)	(15.114.063)	(17.276.567)
Outros passivos financeiros							
Credores por contratos de factoring		(56.363.418)		(1)	*		(56.363.419)
Cauções recebidas - contratos de ALD	(1.765)	(367.915)	(2.266.082)	(9.357.245)	(7.314.466)	(2.352.568)	(21.660.041)
	(32.026.296)	(237.158.191)	(407.065.229)	(442.151.125)	(97.355.892)	(17.466.631)	(1.233.223.364)
Diferencial	72.896,468	(109.055.244)	(56.161.373)	65.619.691	171.341.777	106.004.157	250.645.476

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica "Crédito a clientes", foram classificados no intervalo temporal "À vista";
- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de "Crédito a clientes" n\u00e3o incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" foram classificados no intervalo temporal "À vista".
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.
- Não foram considerados os "cash flows" contratuais de swaps de taxa de juro (activos e passivos financeiros detidos para negociação), uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.



BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

			2010		
	Taxa	Taxa			
	fixa	variável	Subtotal	Outros	Total
Activo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9.039	8.460	17.499	*	17.499
Disponibilidades em outras instituições de crédito	435.611	46.233.502	46.669.113	2	46.669.113
Aplicações em instituições de crédito	10.000.000	-	10.000.000	40.000	10.040.000
Crédito a clientes (saldos brutos)	624.584.780	711.329.765	1.335.914.545	76.616.383	1.412.530.928
	635.029.430	757.571.727	1.392.601.157	76.656.383	1.469.257.540
Passivos					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(917.000.686)	(250.000.000)	(1.167.000.686)	(14.231.027)	(1.181.231.713)
Recursos de clientes e outros empréstimos	7	(5.864.321)	(5.864.321)	7	(5.864.321)
Passivos subordinados	*	(15.000.000)	(15.000.000)	(94.446)	(15.094.446)
Outros passivos financeiros	(24.215.503)	(64.949.730)	(89.165.233)		(89.165.233)
	(941.216.189)	(335.814.051)	(1.277.030.240)	(14.325.473)	(1.291.355.713)
Exposição Líquida	(306.186.759)	421.757.676	115.570.917	62.330.910	177.901.827
			2009		
	Taxa	Taxa	2000		
	fixa	variável	Subtotal	Outros	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.327	23.495	35.822	*	35.822
Disponibilidades em outras instituições de crédito	285.945	29.528.522	29.814.467	-	29.814.467
Crédito a clientes (saldos brutos)	651.493.214	576.453.279	1.227.946.493	81.252.126	1.309.198.619
	651.791.486	606.005.296	1.257.796.782	81.252.126	1.339.048.908
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito					
recursos de odiras instituições de credito	(1.041.000.000)	(9.850.293)	(1.050.850.293)	(17.596.146)	(1.068.446.439)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.041.000.000)	(9.850.293) (4.578.092)	(1.050.850.293) (4.578.092)	(17.596.146)	
	(1.041.000.000)			(17.596.146) - (69.364)	(4.578.092)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.041.000.000) - - (21.660.419)	(4.578.092)	(4.578.092)		(4.578.092) (15.069.364)
Recursos de clientes e outros empréstimos Passivos subordinados	- S	(4.578.092) (15.000.000)	(4.578.092) (15.000.000)		(1.068.446.439) (4.578.092) (15.069.364) (78.023.838) (1.166.117.733)

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes não remunerados foram classificados na coluna de "taxa variável".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos:
 - . Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - . Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos;
 - . Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro (activos e passivos financeiros detidos para negociação), uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

Análise de sensibilidade - Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 e 200 bps (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2011 e 2010, respectivamente, é o seguinte:

		201	0	
	- 100 bp	- 200 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Juros e rendimentos similares	(10.580.356)	(10.598.466)	15.672.056	31.344.112
Juros e encargos similares	9.861.499	9.875.745	(15.708.038)	(31.416.076)
Margem financeira	(718.857)	(722.721)	(35.982)	(71.964)
		200	9	
	- 100 bp	- 200 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Juros e rendimentos similares	(8.811.022)	(8.826.920)	13.060.983	26.121.966
Juros e encargos similares	7.169.491	7.222.651	(10.743.775)	(21.487.549)
Margem financeira	(1.641.531)	(1.604.269)	2.317.208	4.634.417

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2011 e 2010, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projectadas para cada exercício.

Justo Valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	s 	2010	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	17.499	17.499	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.669.113	46.669.113	-
Aplicações em instituições de crédito	10.040.000	10.092.533	52.533
Crédito a clientes	1.357.065.564	1.407.256.025	50.190.461
	1.413.792.176	1.464.035.170	50.242.994
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	1.181.231.713	1.205.512.082	(24.280.369)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.864.321	5.864.321	-
Outros passivos subordinados	15.094.446	15.455.182	(360.736)
	1.202.190.480	1.226.831.585	(24.641.105)



33 	2009	
Valor de balanço	Justo valor	Diferença
35.822	35.822	-
29.814.467	29.814.467	-
1.249.555.114	1.267.184.215	17.629.101
1.279.405.403	1.297.034.504	17.629.101
1.068.446.439	1.092.591.061	(24.144.622)
4.578.092	4.578.092	
15.069.364	14.773.952	295.412
1.088.093.895	1.111.943.106	(23.849.210)
	35.822 29.814.467 1.249.555.114 1.279.405.403 1.068.446.439 4.578.092 15.069.364	Valor de balanço Justo valor 35.822 35.822 29.814.467 29.814.467 1.249.555.114 1.267.184.215 1.279.405.403 1.297.034.504 1.068.446.439 4.578.092 4.578.092 4.578.092 15.069.364 14.773.952

Na análise dos quadros acima deverão considerar-se os seguintes aspectos:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2010 e 2009, respectivamente, para operações com características semelhantes:
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro (activos e passivos financeiros detidos para negociação), uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

32. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade individual encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o rácio de solvabilidade ao nível das demonstrações financeiras individuais do Banco ascende a 9,62% e 10,45%, respectivamente.

33. OPERAÇÃO DE TITULARIZAÇÃO

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

Em 15 de Outubro de 2010, o Banco procedeu a uma venda de créditos adicionais ao Fundo, no âmbito da referida operação de titularização. Naquela data, o valor vincendo dos créditos alienados ascendia a 177.190.627 Euros. Pelos mesmos motivos referidos no parágrafo anterior, deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 154.000.000 Euros. Estas operações foram alienadas ao Fundo por 154.000.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal vincendo dos créditos titularizados ascendia a 835.536.782 Euros e 661.553.990 Euros, respectivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados por esta entidade, através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Obrigações	2010	2009	Data reembolso	Rating Fitch	Remuneração
Classe A	550.000.000	500.000.000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288.000.000	184.000.000	Julho de 2025	Not rated	Residual
Classe C	5.300.000	3.900.000	Julho de 2025	Not rated	Residual
	843.300.000	687.900.000			

As obrigações emitidas foram totalmente adquiridas pelo Banco.

Na sequência da venda de créditos adicional em 15 de Outubro de 2010, o Banco alienou parte destas obrigações a uma instituição de crédito estrangeira pelo valor nominal, o qual ascendeu a 250.000.000 Euros. Simultaneamente, o Banco contratou com essa instituição uma opção de compra e uma opção de venda, as quais garantem que o Banco irá readquirir os títulos numa data futura pelo seu valor nominal acrescido de juros corridos. Desta forma, o Banco manteve parte substancial dos riscos e benefícios associados à detenção dos títulos. Por este motivo, e tal como requerido pela norma IAS 39, o Banco não reconheceu a venda dos títulos, tendo registado o contravalor da alienação como um passivo em "Recursos de outras instituições de crédito" (Nota 14). Durante o prazo da operação, a contraparte irá receber os fluxos de juros relativos às obrigações adquiridas e pagará ao Banco em cada data de liquidação de fluxos um prémio de 0,0875%. Assim, em termos líquidos, a remuneração que o Banco irá suportar com esta operação corresponde à taxa Euribor a 3 meses adicionada de um spread de 1,15%. Os juros a pagar referentes a esta remuneração líquida encontram-se registados na rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" (Nota 14).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tinha entregue obrigações da Classe A com valor nominal de 160.000.000 Euros e 300.000.000 Euros, respectivamente, como colateral ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C ao Banco são efectuados pelo Silk Finance No.3 Limited, trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

Para cobertura do risco da taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Limited, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o veículo de titularização entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4%. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 8).

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo Silk Finance No.3 junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pelo Fundo para, trimestralmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento será seguido até Agosto de 2012, altura em que esse produto das cobranças de capital entregues passará a ser utilizado pelo Fundo para, trimestralmente proceder ao reembolso, por redução ao valor nominal, das Unidades de Titularização.

A SLA John

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

34. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Seguros

O Banco, para além da sua actividade principal de concessão de crédito, exerce também a actividade de Mediação de Seguros, estando registada no Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de Dezembro, do ISP, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respectiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

No exercício de 2010, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a actividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

No exercício de 2010, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição.

		Ramo	
Companhia de seguros	Vida	Não vida	Total
Cardiff Assurances Vie	5.133.180	-	5.133.180
Mapfre Seguros Gerais, S.A.	-	889.669	889.669
Outros	100	485.660	485.660
	5.133.180	1.375.328	6.508.508
	Cardiff Assurances Vie Mapfre Seguros Gerais, S.A.	Cardiff Assurances Vie 5.133.180 Mapfre Seguros Gerais, S.A Outros -	Companhia de seguros Vida Não vida Cardiff Assurances Vie 5.133.180 - Mapfre Seguros Gerais, S.A. - 889.669 Outros - 485.660

Alínea e) - Valores das contas "clientes" e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2010 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 12.234.601 Euros. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas "clientes" segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

Alinea f) – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de Dezembro de 2010, estas contas apresentam a seguinte composição:

Contas a receber

Clientes – prémios vencidosOutros activos – rendas em cobrança	1.986.003 21.112
. Odiros activos – rendas em cobrança	21.112
	2.007.114
	=======
Contas a pagar	
. Companhias de seguros (Nota 18)	(1.154.345)

Alínea g) - Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

		Contas a receber	Contas a pagar
i)	Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;		(1.934.509)
ii)	Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	2.007.114	-
iii)	Fundos que foram confiados ao Banco pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários;		-
iv)	Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar;	-	780.163
v)	Outras quantias com indicação da sua natureza;	1	-
		2.007.114	(1.154.345)



BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Montantes expressos em Euros)

Alínea h) - Análise da antiguidade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de Dezembro de 2010, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica "Crédito e juros vencidos" (Nota 9) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessa data, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 1.896.786 Euros e foi determinada com base na antiguidade das dívidas, de acordo com as percentagens mínimas definidas no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/2003 e nº 3/2005, do Banco de Portugal. Não foram identificados necessidades adicionais de imparidade para estes saldos, com base em critérios de análise específica de cobrabilidade.

Até 30 dias	508
Entre 30 e 90 dias	29.010
Entre 90 e 180 dias	40.325
Entre 180 dias e 2 anos	220.071
Acima de 2 anos	1.696.089
	1.986.003
Imparidade	(1.896.786)
	89.217

Alineas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.

Deloitte.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

Demonstrações Financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 acompanhadas da Certificação Legal das Contas



Deloitte & Associados, SROC S.A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º 1050-094 Lisboa Portugal

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de 1.445.113.035 Euros e capital próprio de 123.575.802 Euros, incluindo um resultado líquido de 11.633.212 Euros, as Demonstrações do rendimento integral consolidado, de alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Deloitte.

Página 2 de 2

Deloitte & Associados, SROC S.A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010.

Lisboa, 29 de Abril de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e a certificação legal de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os primeiros da responsabilidade do Conselho de Administração.

Somos de opinião que as contas consolidadas, o Relatório de Gestão e a certificação legal de contas, bem como a proposta naquele expressa, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lishoa, quatre de ôlow de 2011

Diop Lat de Compos

To Ohoto



DISCIPLINA DE MERCADO Exercício 2010

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2010

Lisboa, 31 de Dezembro de 2010

ÍNDICE

Introdução

Anexo I – Declaração de responsabilidade

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

Anexo III - Adequação de Capitais

- Secção A Informação Qualitativa
- Secção B Informação Quantitativa / Modelos

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

Anexo V-A - Risco de Crédito - Aspectos gerais

- Secção A Informação Qualitativa
- Secção B Informação Quantitativa / Modelos

Anexo V-B - Risco de Crédito - Método Padrão

- Secção A Informação Qualitativa
- Secção B Informação Quantitativa / Modelos

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Anexo VII - Operações de Titularização

Anexo VIII - Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Anexo XI - Risco Operacional

- Secção A Informação Qualitativa
- Secção B Informação Quantitativa / Modelos

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

- Secção A Informação Qualitativa
 Secção B Informação Qualitativa Secção B - Informação Quantitativa / Modelos

Introdução

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre "Divulgação de Informação Detalhada sobre Solvabilidade", regulado pelo artº 29 do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2010, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

Anexo I - Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, nos termos e para os efeitos presentes do Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, o seguinte:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento "Disciplina de Mercado" se refere;
- Entre o final de 2010 e a data de publicação do presente documento o rating da Republica Portuguesa tem vindo a cair e o Governo fez um pedido oficial de ajuda financeira externa no inicio do mês de Abril de 2011 ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

1. Âmbito de aplicação

1.1 Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa colectiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de € 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objecto exclusivo a actividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade e permitidas por lei.

1.2 Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos o património da empresa Silk Finance nº3, Ltd, com sede na Irlanda, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 4 de Agosto de 2009, e cujo objecto social é o de Entidade de Finalidade Especial (SPE), No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 3, Ltd integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial..

1.3 Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com excepção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos accionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 acções representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 acções representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de estandardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela actividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte do Órgão de Administração e dos Órgãos de Direcção, do mercado em que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. actua permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da actividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efectuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rendibilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco e, a respectiva alocação por linha de negócio face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adoptados no planeamento e gestão de capital.

Risco de Crédito

Por risco de crédito o Banco entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

A definição do apetite, grau de tolerância e respectivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Conselho de

Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

No que respeita ao processo de análise de financiamento importa salientar que este se encontra centralizado na Direcção de Risco e Recuperação, e suportado em modelos de avaliação de crédito designadamente, em modelos de "rating" e de "scoring". O conhecimento completo do cliente é ainda consubstanciado pela consulta a bases de dados externas, como a do Banco de Portugal, Credinformações e Dun & Bradstreet que permite identificar, entre outros, as responsabilidades junto do sistema financeiro e a capacidade de endividamento.

O Banco adopta procedimentos adicionais de pré-verificação telefónica das condições contratuais, através de contacto directo com o cliente final., nomeadamente no financiamento de automóveis usados, segmento de prescritores a actuar unicamente nesse mercado, e no financiamento ao consumo. Pretende-se com este processo mitigar a exposição ao risco de crédito, inerente a este segmento, e identificar potenciais situações de fraude, em momento anterior à confirmação e pagamento do contrato.

Mensalmente, em Comité de Fraude, são identificadas e avaliadas as acções para prevenção de ocorrência de fraudes e decididas as medidas de acompanhamento a tomar para os casos identificados, nomeadamente a estratégia de recuperação e a aceleração da aplicação da política de provisionamento.

No processo de avaliação da exposição ao risco de crédito são tidos em linha de conta os seguintes factores: probabilidades de incumprimento, concentração e correlação das posições em risco, perda dado o incumprimento, grau de exposição e grau de cobertura das técnicas de redução de risco.

O acompanhamento da qualidade das carteiras, efectuado com base em análises *vintage* e na variação da mora de gestão (VMG), é apresentado e analisado mensalmente em Comité de Direcção, Comité de Risco e Recuperação e Comité de Risco de Prescritor.

Com recurso ao sistema de informação de gestão são comparadas as carteiras com igual período de originação (vintages), permitindo aferir a adequação da política de crédito e a evolução dos níveis de delinquência da carteira sob gestão para diferentes estágios de maturidade de crédito vencido, produto, tipo de financiamento e campanha/programa.

Com vista à referida adequação, o Banco monitoriza ainda a VMG de forma diária, indicador utilizado pelo Grupo Santander para medir o incremento do risco de crédito líquido em balanço. A VMG consiste na variação do crédito vencido por classes de risco superiores a 90 dias acrescida pelo capital vincendo associado, e pelo crédito abatido ao activo (writte-offs) deduzido das recuperações de writte-offs.

Tendo por base as VMG mensais, são construídas matrizes de transição que quantificam a evolução do crédito concedido, capital vencido e capital vincendo associado, entre o mês N e o mês N+1, tendo como referência a classe de antiguidade do mês N (anterior) e a classe de antiguidade verificada no mês N+1 (seguinte).

Pela observação histórica das matrizes de transição mensais ponderadas ao volume de crédito mensal em balanço estima-se, com base estatística e de acordo com o comportamento

observado do crédito concedido para cada uma das classes de antiguidade, as VMG expectáveis para os três meses seguintes.

A avaliação de risco dos prescritores, é efectuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista mensalmente em Comité de Risco de Prescritor.

O Banco dispõe de um departamento dedicado à recuperação de valores referentes a contratos que se encontram em situação irregular, através do qual são contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, actuando no sentido de evitar que esta situação assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efectuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

O seguimento da performance dos scorecards é realizado, pela área de Sistemas Decisionais da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises mensais, através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos, e trimestrais, através da análise do comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão trimestral dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspectivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem estimar potenciais impactos de alterações excepcionais dos factores de risco, nas condições financeiras do Banco, nomeadamente a nível dos resultados e dos capitais próprios.

Estes são realizados através da simulação de um contexto de negócio que potencie um incremento significativo dos factores de risco utilizados pelo modelo definido para cálculo de perdas por imparidade, como a probabilidade de incumprimento (PI), probabilidade de default (PD) e/ou a perda dado o incumprimento (LGD).

Os stress tests são efectuados pela Direcção de Controlo e Compliance, recorrendo ao modelo de avaliação de de perdas por imparidade, através da agregação das carteiras de crédito sob gestão, por áreas de negócio, sendo que a magnitude dos impactos simulados decorre da percepção histórica do risco intrínseco a cada segmento.

Semestralmente, são ainda efectuadas análises de sensibilidade, nas quais são avaliados os efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, resultantes de alterações hipotéticas das VMG's constantes das matrizes de transição.

Anualmente são ainda realizados *back-tests* aos resultados obtidos pelo modelo de perdas por imparidade para avaliar a adequação dos resultados obtidos com os resultados estimados para cada um dos segmentos objecto de avaliação colectiva.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas correctivas propostas e respectiva implementação, são posteriormente analisados pela Administração, de modo a serem integrados de forma activa na gestão de risco da instituição, nomeadamente no que respeita à eficiente alocação do capital interno.

O sistema de gestão de risco de crédito é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria. O follow-up relativo à implementação das medidas recomendadas é reportado regularmente, pela Direcção de Controlo e Compliance, à Administração e à equipa de auditoria corporativa.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não tem carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez. A sua gestão é efectuada internamente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão, e preferencialmente junto da Tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno (estes ratings são aprovados pela Deloitte, a um nível corporativo), spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções. Face ao exposto e dada a existência de um montante substancial de activos de curto prazo, a exposição do Banco ao risco de liquidez é reduzida.

Os controlos específicos à magnitude de exposição a este risco são efectuados em duas vertentes: numa óptica interna e numa óptica regulamentar.

Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada trimestralmente nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na Situação Líquida ou na Margem Financeira de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Anualmente são revistos e definidos pela Administração os limites de tolerância ao risco de taxa de juro, tendo como guideline os requisitos corporativos. Para o efeito, são tidos em consideração os testes de esforço efectuados com o objectivo de simular impactos, resultantes de uma variação nas taxas de juro de mercados, nos resultados e no valor patrimonial do Banco que, resulta no cálculo do valor mínimo de capital interno adequado ao perfil de risco de taxa de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado trimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais *mismatch* que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

Numa óptica de contínuo melhoramento do processo de gestão do risco de taxa de juro, o Banco encontra-se a analisar, o custo benefício, do desenvolvimento de testes de *Duration Gap* por área de negócio, na sequência do aperfeiçoamento do processo de avaliação do risco de taxa de juro.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à actividade, uma vez o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adoptado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A actividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de estandardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que, de forma não segmentada, o grau de adequação do capital ao risco operacional, por linha de negócio.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respectivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

As áreas de negócio definiram ainda, em função das suas responsabilidades, níveis de serviço que permitem a identificação de desvios face aos objectivos previamente definidos. Mensalmente, em Comité de Direcção, é efectuada a avaliação e acompanhamento dos mesmos, nomeadamente a nível quantitativo com recurso a indicadores de gestão.

Adicionalmente, e no âmbito do trabalho de revisão e actualização da documentação referente aos processos internos, foram ainda sistematizados os eventos de risco, por categoria e potencial impacto na actividade, bem como as metodologias de controlo implementadas nos respectivos processos de negócio, de forma a mitigá-los.

Encontra-se em fase desenvolvimento um modelo integrado de gestão de risco operacional, pretendendo-se com este projecto centralizar o processo de registo dos eventos identificados e desenvolver a avaliação, acompanhamento e monitorização dos mesmos.

Para este efeito, irão ser desenvolvidas acções de comunicação internas para garantir o envolvimento e participação dos colaboradores de forma a promover a adopção de comportamentos e atitudes que favoreçam a adequada apropriação, por parte das áreas funcionais, das suas necessidades de intervenção no processo de gestão de risco operacional. Este envolvimento possibilitará incrementar a valoração de eventuais perdas incorridas e a quantificação do contributo dos controlos implementados para a sua mitigação. Apesar dos eventos considerados de maior criticidade serem sistematizados, analisados e monitorizados, o Banco antecipa que, a conclusão deste projecto permitirá a utilização de uma metodologia mais avançada de avaliação deste risco que se espera, mais precisa e exacta para efeitos da adopção de um processo de stress tests ao risco operacional, permitindo ultrapassar as limitações actuais relativas à gestão deste risco à luz da inexistência de uma base de dados de eventos de perda.

A sistematização de eventos que, apesar de apresentarem maior frequência se traduzem em perdas não materiais apenas será possível após conclusão e implementação do modelo de gestão integrada de risco operacional.

Adicionalmente, no que respeita especificamente às infra-estruturas tecnológicas o Banco efectuou uma série de investimentos para usufruir da infra-estrutura de comunicações do Grupo Santander, beneficiando assim de maior redundância e estabilidade, deixando de estar num perímetro "stand alone" e reduzindo assim o risco operacional inerente à infra-estrutura tecnológica.

Risco de Sistemas de Informação

A actividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na actividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respectivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infra-estruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades actuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução directamente acompanhada pela Administração e Direcção do Banco.

Neste sentido, o Banco estabeleceu mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que não segmentada, o grau de adequação do capital para cobertura deste risco, por linha de negócio.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efectuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

Esta monitorização foi complementada com informação recolhida junto das áreas funcionais aquando da elaboração dos questionários de self-assessment, permitindo aferir sobre a qualidade dos seus resultados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infra-estruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infra-estrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações

informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos pólos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extracção de informação das bases de dados.

A gestão de utilizadores é um processo partilhado entre a ISBAN/Produban e as respectivas Direcções do Banco, coordenadas pela Direcção de Recursos Humanos, de acordo com as normas definidas para a criação, atribuição e gestão de passwords de acesso, à rede e aos sistemas aplicacionais. Regularmente são efectuados controlos no sentido de garantir a alteração das passwords e a desactivação dos utilizadores inactivos.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica. Adicionalmente, o Banco dispõe de procedimentos que permitem impedir alterações não previstas nos ficheiros de configurações, sistemas operativos, ficheiros de aplicações e demais recursos nas estações de trabalho.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados, é efectuada através de uma plataforma de monitorização que permite a detecção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

A aplicação Remedy permite registar os incidentes nos sistemas de informação do Banco identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua prioritização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as acções a desenvolver. Os incidentes detectados, acções e respectivas recomendações são posteriormente reportados à Administração.

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração e revista trimestralmente em Comité Tecnológico. O desenvolvimento destas actividades é monitorizado quinzenalmente pelos diferentes órgãos de gestão, em Comité de Direcção.

A gestão de projectos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, correctiva, evolutiva e de compliance. O seu registo em módulo específico permite sistematizar as análises custo/benefício em função das quais os projectos informáticos são prioritizados.

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, encontra-se definido um plano de recuperação das infra-estruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP), cuja performance é testada com uma regularidade mínima anual, e na sequência do qual são identificadas e estabelecidas as oportunidades de melhoria.

Risco de Compliance

As políticas definidas para a gestão do risco de compliance têm como objectivo assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os colaboradores do Banco Santander Consumer Portugal cumprem a legislação, regras e normativos, internos e externos, de forma a evitar prejuízos de ordem financeira ou que a reputação da instituição seja afectada negativamente.

Por sua vez são incorporados nas políticas, normas e procedimentos a adoptar internamente o grau de tolerância ao risco e as formas de conduzir a actividade num mercado concorrencial em consonância com as obrigatoriedades regulamentares.

O Banco constitui capital interno para cobertura deste risco por três vias: não cumprimento da legislação em vigor, emanação de nova legislação para a qual existe dificuldade de adaptação dos processos internos ou sistemas e pela introdução de novos produtos ou entrada em novos mercados.

O processo de identificação deste risco ocorre de diversas formas. Por um lado, através da recolha de informação legislativa e normativa e da sua apreciação, de forma a aferir eventuais impactos ao nível da actividade e operativa interna. Por outro, através da análise de impactos decorrentes da introdução de novos produtos ou desenvolvimento de novas actividades. Na realização destes trabalhos a Direcção de Controlo e Compliance conta com a colaboração da Assessoria Jurídica do Banco.

A identificação de novos factores de exposição ao risco decorre ainda da interacção com as áreas funcionais que, sensibilizadas para a temática, reportam indícios de violação das disposições legais, regulamentares e estatuárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

Tendo por suporte esta informação, e de forma a assegurar a contínua adequação das operações realizadas às disposições legais e regulamentares, é efectuada uma primeira análise pela Direcção de Controlo e Compliance dos factores de exposição ao risco, sendo as principais conclusões apresentadas em Comité de Direcção de forma a avaliar e acompanhar o inerente grau de exposição ao risco. Este acompanhamento visa a atestar a correcta adequação do

capital interno relativo a este risco, e a possibilitar a articulação e a coordenação transversal no sentido de adequar as práticas, procedimentos, normas e regulamentos internos às disposições legais aplicáveis.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Consumer Report Protection, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma ferramenta de identificação de operações que possam evidenciar indícios de suspeita, de acordo com parâmetros pré-definidos. A sua avaliação é da responsabilidade da Direcção de Controlo e Compliance, sendo posteriormente incorporada na referida aplicação. O acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados na gestão deste factor de risco é efectuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adoptam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, através de questionários de self-assessment o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adoptadas, e respectivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Reputação

A identificação do risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, é efectuada com base na recolha e análise de informação, interna e externa, destinada a compreender e acompanhar a percepção do mercado sobre a imagem do Banco.

Para a manutenção de um elevado padrão reputacional, o Banco desenvolveu mecanismos que lhe permitem incorporar na política de comunicação com o mercado, os devidos limites de tolerância. Estes constituem em si, mecanismos de monitorização e alerta, que permitem detectar a ocorrência um incremento significativo ao grau de exposição ao risco de compliance, e antecipar eventuais impactos. Tais limites viabilizam o pressuposto da devida alocação do capital interno até à ocorrência de eventos fora dos standards considerados como razoáveis.

O sistema de gestão de risco reputacional implementado pelo Banco permite assim a identificação de factores que possam vir a afectar a sua capacidade para desenvolver a actividade de acordo com os objectivos previamente estabelecidos. Para o acompanhamento deste risco, os órgãos de gestão procedem casuisticamente à monitorização de websites, blogues e de notícias de impressa relacionadas com o seu negócio, permanecendo atentos a eventuais mensagens cujo conteúdo passo vir a ser lesivo para a empresa.

Decorre da relação de proximidade com o mercado, nomeadamente da estreita relação mantida com os parceiros de negócio, a auscultação da percepção da imagem do Banco. Semestralmente, é ainda recolhida informação sobre a instituição junto do mercado em que esta opera, através da elaboração de inquéritos de qualidade, apelidados de voice of customer, efectuados aos parceiros comerciais responsáveis pela angariação de operações de financiamento automóvel, crédito ao consumo e cartões de crédito. Os resultados obtidos são posteriormente alvo de análise e acompanhamento em Comité de Direcção e verificação do alinhamento dos requisitos de cliente com a estratégia do Banco.

A percepção da exposição ao risco reputacional, que advém da relação mantida com o cliente final, resulta da análise aos contactos com este ocorridos, designadamente dos contactos presenciais nas lojas e através do serviço de apoio ao cliente.

Por sua vez, o processo de gestão de reclamações adoptado pela empresa permite uma análise sistematizada dos motivos de insatisfação demonstrados e a verificação da adequação e cumprimento dos procedimentos internos. Mensalmente, em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento da evolução e motivos das reclamações recebidas, sendo estabelecidas acções correctivas e de melhoria aos processos instituídos.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco reputacional encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Consumer Report Protection, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes.

Para a mitigação deste risco contribui a cultura organizacional, sustentada em fortes pilares éticos, transcritos no código de conduta, que se encontra disponível para consulta interna e externa e que institui os princípios e regras a observar.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de factores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de factores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objectividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respectiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco desenvolve a sua actividade num mercado que historicamente tem revelado um clima político estável, pelo que a probabilidade de alterações económicas, legislativas e regulamentares, com fortes repercussões no negócio, revela-se algo diminuta tendo em consideração a capacidade de antecipação das mesmas. Ainda assim, o Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera.

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objectivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efectuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direcção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua actividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objectivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objectivos estabelecidos são comunicados anualmente em reunião de quadros, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respectivos objectivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas actuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efectuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité de Direcção e na Comissão Executiva.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como o rácio de solvabilidade, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efectuado mensalmente em Comité de Direcção e na Comissão Executiva, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objectivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

Anexo III - Adequação de Capitais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

O capital regulamentar do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é calculado tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através do Aviso 12/92, que define o conceito de capital regulamentar, do Aviso 5/07, que estabelece a ponderação de risco dos elementos activos e extrapatrimoniais, e do Aviso 9/07, que estabelece a ponderação do risco operacional.

Durante o exercício de 2010 o o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utilizou, no âmbito do Pilar 1 de Basileia II o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional.

a) <u>Capital realizado</u>: Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	2010	
	Número de acções	% de participação
Santander Consumer Finance, S.A. Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	53.331.647 13.261.300	80,09% 19,91%
	66.592.947	100,00%

- b) <u>Prémios de emissão</u>: Em 31 de Dezembro de 2010, os fundos próprios do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros, na sequência da deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro, passando este de 37.500.000 Euros para os actuais 66.592.947 Euros.
- c) <u>Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base</u>: Em 31 de Dezembro de 2010, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 32.345.143 Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 2.658.040 Euros.
- d) <u>Passivos subordinados</u>: Em 31 de Dezembro de 2010 os passivos subordinados elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios incluem 80% dos 15.000.000 Euros de passivos subordinados (elegíveis em Lower Tier 2). As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de

reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estando no quinto ano o Banco optou por não exercer o reembolso desta emissão ao par ("call option").

1.2 Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da actividade e descrição da forma como a instituição afecta o capital interno aos diferentes segmentos de actividade.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dispõe de um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração.

No processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direcção de Controlo e Compliance, a Direcção de Financeira, a Direcção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direcção.

A Direcção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rendibilidade exigida, dos objectivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da actividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

A Direcção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização de risco de crédito, o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correcta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direcção de Controlo e Compliance coordenar o estabelecimento dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

Deste modo, a responsabilidade da prossecução do ICAAP, nomeadamente garantindo que todos os riscos decorrentes do exercício da actividade são devidamente identificados, avaliados, acompanhados e controlados e que a instituição possui os meios necessários para avaliar se o capital interno de que dispõe assegura a efectiva cobertura dos riscos a que se encontra exposta, é da Direcção de Controlo e Compliance com o contributo directo da Direcção Financeira, Direcção Risco e Recuperação e dos restantes membros do Órgão de Direcção. Por fim, a aprovação do processo de auto-avaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade directa do Órgão de Administração.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das Equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem directamente para assegurar a eficácia

dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efectuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade do Banco e a eficácia das respectivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afectem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional e ao risco de taxa de juro.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

Métricas de Quantificação					
Risco de	Risco	Risco de	Risco de		
Crédito	Operacional	Taxa de Juro	Estratégia		
Modelos de	Capital	Modelos de	% dos Custos		
Stress Test	Regulamentar	Stress Test	Gerais		

O processo de auto-avaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo
- Identifica as áreas de melhoria

O Banco, no processo de auto-avaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

Estes, por sua vez, foram calculados através da aplicação dos factores de correlação / diversificação constantes da matriz de correlações entre riscos do Grupo Santander, permitindo que o efeito da diversificação dos riscos tenha sido contemplado de uma forma mais ajustada à realidade do Banco.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2.1 Para efeitos de fundos próprios:

	ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 1			
		Dezembro 10		
Func	dos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))	121 070 7		
1.1.	Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5))	109 070 7		
	1.1.1 Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	79 383 6		
	1.1.1.1. Capital realizado	66 592 9		
	1.1.1.2. (-) Acções próprias			
	1.1.1.3. Prémios de emissão	12 790 6		
	1.1.1.4. Outros instrumentos equiparáveis a capital			
	1.1.2. Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	32 345 1		
	1.1.2.1. Reservas	33 266 0		
	1.1.2.2. Interesses minoritários elegíveis			
	1.1.2.3. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso			
	1.1.2.4. (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados			
	1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	-920 8		
	1.1.3. Fundo para riscos bancários gerais			
	1.1.4 . Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)			
	1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)			
	1.1.4.2. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base			
	1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-2 658 0		
	1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis	-2 658 0		
	1.1.5.2. (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base			
	1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base			
1.2.	Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3))	12 000 0		
	1.2.1. Fundos próprios complementares - Upper Tier 2			
	1.2.2. Fundos próprios complementares - Lower Tier 2	12 000 0		
	1.2.3. (-) Deduções aos fundos próprios complementares			
1.3.	(-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares			
	1.3a. Das quais: (-) aos fundos próprios de base			
	1.3b. Das quais: (-) aos fundos próprios complementares			
	Deduções aos fundos próprios totais			
	Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado Por memória			
1.0.	1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas			
	1.6.1.1. Montante de provisões no método das Notações Internas			
	1.6.1.2. (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas			
	1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	12 000 0		
	1.6.2. Valor nominal dos empresamos subordinados reconnecidos como elemento postavo dos fundos proprios 1.6.3. Requisito mínimo de capital social	12 000 0		
	1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	121 070 7		
	Unidade:			

2.2 Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 2	
	Dezembro 1
Requisitos de fundos próprios (=Σ(2.1 a 2.6))	100 874 2
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (=2.1.1+2.1.2)	91 880 4
2.1.1. Método Padrão (=2.1.1.1+2.1.1.2)	91 880 4
2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização	91 880 4
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	381 1
 2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais 	
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	907 3
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	16 337 6
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	73 241 6
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	335 0
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	677 6
2.1.1.1.14. Outros elementos	
2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão	
2.1.2. Método das Notações Internas (= Σ (2.1.2.1 a 2.1.2.5))	
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	
2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	
2.1.2.2.4. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	
2.1.2.3. Créditos sobre acções	
2.1.2.4. Posições de titularização	
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	
 2.2. Risco de liquidação 2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2) 	
2.3.1. Método Padrão (=Σ(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	
2.3.1.1. Instrumentos de divida	
2.3.1.2. Tiftulos de capital	
2.3.1.3. Riscos cambiais	
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	
2.3.2. Método dos Modelos Internos	
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3))	8 993 7
2.4.1. Método do Indicador Básico	8 993 7
2.4.2. Método Standard	1 2 300 7
2.4.3. Métodos de Medicão Avançada	
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios	
Unidad	e: Euros

2.3 Para efeitos de adequação de capitais:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 3	
	Dezembro 10
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios Rácio de Solvabilidade (%)	20 196 501 9,6%
Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro	
Un	idade: Euros

Anexo IV - Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o accionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efectuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., este risco não assume relevância material.

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

Secção A - Informação Qualitativa

1.1 Definições, para efeitos contabilísticos, de "crédito vencido", de "crédito objecto de imparidade" e de "crédito em incumprimento":

A carteira de crédito concedido do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 3/95, de 30 de Junho, com a particularidade de que nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição de "crédito em incumprimento" utilizada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é aquela que consta da Instrução n.º 16/2004 subordinada ao tema "qualidade de crédito".

1.2 Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e das provisões:

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de negócio

- · Operações de "factoring"
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- · Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel angariadas após a concentração de actividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria "Ex-Interbanco", e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria "Ex-Sucursais".

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objecto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base colectiva.

No que respeita a activos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- <u>Default</u>: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2010, as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. Para créditos concedidos através de cartão de crédito o Banco têm

em desenvolvimento um modelo de determinação de perdas por imparidade, utilizando actualmente para o efeito os resultados obtidos para segmentos semelhantes, nomeadamente os obtidos pelos segmentos de empréstimos pessoais e financiamento de outros bens e serviços..

1.3 Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade:

As correcções de valor são as definidas na metodologia de cálculo de perdas por imparidade resumida nos pontos anteriores.

1.4 Indicação das correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior:

A Nota 13 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 indica as correcções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos a 2010 e 2009.

1.5 Descrição geral da política de gestão do risco de concentração e abordagens adoptadas na sua avaliação e factores de risco considerados para a análise de correlações entre as contrapartes:

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito, factor que contribui para não apresentar exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas (não apresentando nenhuma posição que se enquadre como grandes risco de acordo com o definido no Aviso nº 6/2007 do Banco de Portugal).

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2 Modelo "Posições em Risco"

POSIÇÕES EM RISCO				
Classes de Risco	Posição em risco original	Posição em risco original (média ao longo do período)		
	Dezembro 10	Dezembro 10		
CL I - Administrações centrais ou bancos centra	14 4 78 982	13 347 320		
CL VI - Instituições	216 7 0 9 1 1 3	135 200 350		
CL VII - Empresas	205 156 071	200 057 667		
CL VIII - Carteira de retalho	1 297 218 541	1 23 0 342 285		
CL X - Elementos vencidos	40 7 40 701	44 104 408		
CL XIII - Outros elementos	8 4 7 9 5 3 0	8 530 856		
TOTAL	1 782 782 938	1 631 582 887		
	Unidade:	Euros		

3 Modelo "Distribuição Geográfica das Posições em Risco"

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO

(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	Portugal / Norte Dezembro 10	Portugal / Centro Dezembro 10	Portugal / Sul Dezembro 10	Portugal / Ilhas Dezembro 10
CL I - Administrações centrais ou bancos centra	0,00%	0,81%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	12,16%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	4,61%	5,19%	1,10%	0,61%
CL VIII - Carteira de retalho	29,12%	32,84%	6,96%	3,84%
CL X - Elementos vencidos	0,55%	1,63%	0,07%	0,04%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,48%	0,00%	0,00%
% do total da posição em risco original	34,28%	53,10%	8,13%	4,49%

4 Modelo "Distribuição Sectorial das Posições em Risco"

Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais.

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO

(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	Sector Público Dezembro 10	Particulares Dezembro 10	Empresas Dezembro 10
CL I - Administrações centrais ou bancos centra CL VI - Instituições	0,81% 0.00%	-,	, i
CL VII - Empresas CL VIII - Carteira de retalho	0,00% 0,00%	0,00%	11,51%
CL X - Elementos vencidos CL XIII - Outros elementos	0,00% 0,00%	,	-,
% do total da posição em risco original	0,81%		

5 Modelo "Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade"

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE Correcções de valor e Provisões Posições em risco Posições em risco objecto de imparidade vencidas Dezembro 10 Dezembro 10 Dezembro 10 Total das posições: 40.740.70 59.469.658 55.465.364 Sector Público Decomposição pelos principais Sectores Particulares 33.417.528 48.787.939 49.438.586 Económicos: Empresas 7.323.173 10.681.719 6.026.778 Decomposição pelas 9.854.076 17.819.929 15.323.632 Portugal / Norte principais Zonas Geográficas: Portugal / Centro 28.987.794 35.330.366 33.820.795 Portugal / Sul 1.203.734 3.626.525 3.489.903 Portugal / Ilhas 2.692.838 2.831.034

Euros

Unidade:

6 Modelo "Correcções de Valor e Provisões"

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES

Correcções de Valor e Provisões	Dezembro 10
Saldo inicial	59.643.504
Dotações	44.512.710
Utilizações	-24.160.685
Reposições/Anulações	-24.390.873
Outros ajustamentos:	-139.292
- Ajustamentos por diferenças cambiais	
- Transferências de provisões	
- Combinações de actividades	
- Aquisições e alienações de filiais	12.188
- Outros	-151.480
Saldo final	55.465.364

Unidade: Euros

7 Modelo "Prazo de Vencimento Residual"

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL

(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	VR < 1 ano	1ano <vr<5anos< th=""><th>5 anos < VR < 10 anos</th><th>VR > 10 anos</th></vr<5anos<>	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
	Dezembro 10	Dezembro 10	Dezembro 10	Dezembro 10
CLI - Administrações centrais ou bancos centrais	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	0,00%	0,00%	12,16%
CL VII - Empresas	11,51%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Carteira de retalho	4,15%	40,40%	28,22%	0,00%
CLX - Elementos vencidos	2,29%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Outros elementos	0,48%	0,00%	0,00%	0,00%
em %do total da posição em risco original	19,23%	40,40%	28,22%	12,16%

VR: Vencimento residual.

Anexo V-B - Risco de Crédito - Método Padrão

Secção A - Informação Qualitativa

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Banco.

Desde 2008 que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no número 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 104/2007. Cada posição em risco é ponderada de acordo com os ponderadores definidos na Parte 2 do Anexo III do Aviso do banco de Portugal 5/2007.

Secção B - Informação Quantitativa / Modelos

			Par	nderadores de Ri	800		
		0%	20%	75%	100%	150%	TOTAL
1. Posição em risco original por class	CLI - Administrações centrais ou bancos centra	9 714 182			4 764 800		1447898
de risco:	CLVI - Instituições	160 000 000	56709113				21670911
	OLVII - Empresas		7 745		205 148 326		205 156 07
	CLVIII - Carteira de retalho	67 248 028		1 164 502 474	64 374 577	1 093 462	129721854
	CLX-Elementos vencidos				38 122 281	2618 420	4074070
	CLXIII - Outros elementos	9 039			8 470 491		84795
TOTAL posições em risco original:		236 971 249	56 716 858	1 164 502 474	320 880 475	3711 882	17827829
2. Posição em risco por classe d	CLI - Administrações centrais ou bancos centra	9 714 182			4 764 800		144789
risco (base de incidência do		160 000 000	56709113				2167091
ponderadores):	OLVII - Empresas		7 745		204 219 106		204 226 8
	CLVIII - Carteira de retalho	67 248 028		1 135 325 503	62 386 386	1 093 462	1266 053 37
	CLX- Elementos vencidos				2763057	949 715	371277
	CLXIII - Outros elementos	9 039			8 470 491		84795
TOTAL posições emrisco:	•	236 971 249	56 716 858	1 135 325 503	282 603 840	2043 177	17136606
3. TOTAL posições ponderadas pel	o risco (a):	0	11 343 372	851 494 127	282 603 840	3 064 766	1 148 506 10
Posição em risco deduzida aos fundo	S CL I - Administrações centrais ou bancos centrai	s					
próprios por classe de risco:	CLVI - Instituições						
	CLVII - Empresas						
	CLVIII - Carteira de retalho						
	CLX-Bementos vencidos						
	CLXIII - Outros elementos						
TOTAL posições em risco deduzidas							
aos fundos próprios:							

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A., conforme o disposto na alínea s) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

Anexo VII – Operações de Titularização

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do 'back-to-back swap' de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance n°3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Em 15 de Outubro de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo primordial de preencher os novos requisitos de activos elegíveis para operações de cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu. Concretamente neste processo os valores titularizados foram incrementados em cerca de 150 milhões e a operação obteve uma segunda notação de *rating*.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco Santander Consumer S.A. não transferiu as posições em riscos e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transacção.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante emitido	Data de reembolso	Rating (Fitch)	Remuneração	
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%	
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual	
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual	

A 31 de Dezembro de 2010 e após a reestruturação da operação, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte (em euros):

Obrigações	Montante emitido	Data de reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração
Classe A	550 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;

- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- (iv) detém a totalidade da dívida emitida por parte do SPE Silk Finance nº3;

Para efeitos das contas individuais créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Activos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco Santander Consumer S.A. consolida integralmente o SPE Silk Finance nº3, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transacção nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco Santander Consumer S.A. não desreconhece os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Secção A - Informação Qualitativa

OPERAÇÕES DE TITULZARIZAÇÃO			
Titularização tradicional	SILK FINANCE №3		
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.		
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	Sociedade Gestora do Fundo (Navegator SGFTC, S.A.)		
Informação sobre as operações:			
Data de início:	4 de Agosto de 20		
Maturidade legal	15 de Julho de 20:		
Clásula de step-up (data)	Não aplicáv		
Revolving (anos)	3 an		
Activos titularizados (em milhões de euros)	8		
Valor em dívida (em milhões de euros)	8		
Informação sobre o envolvimento da(s) instituição(ões) cedente(s):			
Existência de situações de "apoio implícito"	Não aplicáv		
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100		
Mais-valia/Valor das posições de primeira perda readquiridas			

As posições de créditos titularizados, na óptica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisada da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Em euros Data	Saldo de Créditos Titularizados	Saldo da Dívida Emitida
31-12-2009	682.289.338	687.900.000
31-12-2010	833.997.982	843.300.000

Secção B - Informação Quantitativa

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em conformidade com o anteriormente referido, dado que o Banco não desreconheceu os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo que para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo XI - Risco Operacional

Secção A - Informação Qualitativa

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B - Informação Quantitativa / Modelos

Actividades		Indicador relevante			Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano 0)	
		2008	2009	2010	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco
1. Método do Indicador Básico		63 766 982	58 820 596	57 286 939		
2. Método Standard:	 - Financiamento das empresas - corporate finance - Negociação e vendas - Intermediação relativa à carteira de retalho - Banca comercial - Banca de retalho - Pagamento e liquidação - Serviços de agência - Gestão de activos 					
Método de Medição Avançao	da (a)					

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

Secção A - Informação Qualitativa

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos, a nível interno e acompanhados corporativamente.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

- Indicadores Internos: A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash flows simulando um deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de taxas de juro de mercado. Os limites de tolerância ao risco considerados e aprovados actualmente são de EUR 3 MM e EUR 6 MM, sobre a margem financeira e sobre a situação líquida, respectivamente. A avaliação dos potenciais impactos, nos resultados e nos capitais próprios, resultante da alteração das taxas de juros é efectuada trimestralmente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão. Esta, caso considere necessário, sugere a adopção de medidas correctivas para eventuais insuficiências.
- <u>Indicadores Regulamentares</u>: Adicionalmente, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (Bank of International Settlements) classificando todas as rubricas do activo, passivos e extrapatrimoniais (carteira bancária) por escalões de refixação de taxa e de indexante, no seguimento das recomendações de Basileia II e demais regulamentação. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo Duration Gap e consiste num cenário de stress testing correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos em 2 pontos percentuais em todos os escalões de taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado trimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Secção B - Informação Quantitativa / Modelos



Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2010

Lisboa, 31 de Dezembro de 2010



1

mm)

ÍNDICE

Introdução

- I Modelo de Negócio
- II Riscos e Gestão de Riscos
- III Impacto do período de turbulência financeira nos resultados
- IV- Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência
- V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização
- VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

Introdução

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Activos" no âmbito das actividades e produtos afectados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua actividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2010, ou presentemente, o Banco não mantinha, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/activos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2010, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

(8 3 MAL A

I - Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua actividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma directa através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta actividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de actividade.

O financiamento da actividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2010 em 9.7%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do 'back-to-back swap' de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance n°3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

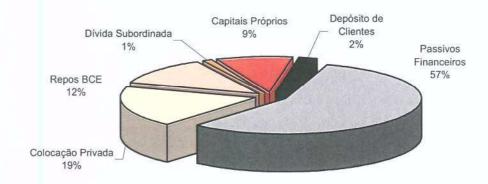
- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração:
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2009 – Silk Finance nº3 – permitiu ao Banco alargar o leque e diversificar das suas fontes de financiamento da actividade do banco. No decurso do ano de 2010 a operação de titularização foi reestrutura com o objectivo de obedecer aos requisitos de activos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). Esta transacção permitiu eleger 550 milhões de euros, correspondentes a rating AAA (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE). A 31 de Dezembro de 2010, o Banco tinha contratado165 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE em operações de venda com acordo de recompra (*Repos*) e 250 milhões de euros junto de investidores institucionais.

Ainda com referência a 31 de Dezembro de 2010, a composição das responsabilidades financeiras do Banco era a seguinte:



8 5 FA

Ao longo do Relatório e Contas com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respectiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.3, Banco cedeu os créditos a uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance No.3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção

A operação de titularização implicou a cedência ao SPE de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a SPE financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos first lost position.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante emitido	Data de reembolso	Rating (Fitch)	Remuneração	
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%	
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual	
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual	

A 31 de Dezembro de 2010 e após a reestruturação da operação, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante emitido	Data de reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração	
Classe A	550 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%	
Classe B	288 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual	
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual	

No âmbito da operação, alienou inicialmente uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual

é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. Posteriormente, e na data de reestruturação o Banco alienou adicionalmente mais 150 milhões de euros de créditos, perfazendo um total de 830.731.708,00 de unidades de participação emitidas em 31 de Dezembro de 2010.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos e de contraparte do 'back-to-back' swap de taxa de juro.

8 7 AD. Jam

II – Riscos e Gestão de Riscos

Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os activos cedidos na operação não foram desreconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detem a titularidade da divida emitida, incluindo as classes representativas da *first lost position*,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos activos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes activos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do actual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no regulamento de risco de liquidez e reflecte a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efectuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, avaliada mensalmente, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efectuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, com periodicidade mínima trimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permitem não só identificar os mismatchs negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direcção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco. Estas têm ainda em linha de conta o limite mínimo de 60% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer

B ° AAA

III - Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;

Não aplicável.

 Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/"write-downs" por via da operação de titularização Silk Finance nº3.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

12. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados

Não aplicável.

 Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afectar a situação patrimonial do Banco por forma indirecta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O ano 2010 foi caracterizado pelo inicio da subida das taxas de juro da zona Euro no médio e longo prazo. O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeira, no ponto do Justo Valor.

- IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência
- 16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2010.

B 2

James James

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) eo respectivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido o SPE Silk Finance nº 3 Limited é integralmente consolidado no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2010

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2010

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

B

|eum

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação Documento

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso nº6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou colectiva.